



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA  
MESTRADO - PPGEEB  
CENTRO DE ENSINO E PESQUISA APLICADA À EDUCAÇÃO**



**MARIA ZILMA FERREIRA SANTOS**

***CONHECIMENTOS SOBRE ADOLESCÊNCIA, EDUCAÇÃO,  
PSICANÁLISE E POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES ESCOLARES  
PRODUZIDAS PELOS DOCENTES DA REDE PÚBLICA, PARA  
IDENTIFICAR ESTUDANTES COM TENDÊNCIA À AUTOMUTILAÇÃO  
E À IDEAÇÃO SUICIDA NO AMBIENTE ESCOLAR (E-BOOK)***

**GOIÂNIA**

**2023**

MARIA ZILMA FERREIRA SANTOS

***CONHECIMENTOS SOBRE ADOLESCÊNCIA, EDUCAÇÃO,  
PSICANÁLISE E POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES ESCOLARES  
PRODUZIDAS PELOS DOCENTES DA REDE PÚBLICA, PARA  
IDENTIFICAR ESTUDANTES COM TENDÊNCIA À AUTOMUTILAÇÃO  
E À IDEAÇÃO SUICIDA NO AMBIENTE ESCOLAR (E-BOOK)***

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Ensino na Educação Básica como requisito para obtenção para o título de Mestra em Ensino na Educação Básica.

Área de Concentração: Ensino na Educação Básica.

Linha de Pesquisa: Concepções teórico-metodológicas e práticas docentes.

Orientadora: Professora Dra. Silvana Matias Freire.

GOIÂNIA

2023

Ficha catalográfica (Verso da Folha de Rosto) – (Deve ser solicitada pelo  
SiBi/UFG)

Ata de Defesa da Dissertação e do Produto Educacional (Disponível no Processo do SEI/UFG, aberto por seu/sua orientador/a)

## TIPO DE PRODUTO EDUCACIONAL

(De acordo com a Resolução PPGEEB/CEPAE Nº 001/2019)

**Cursos de curta duração e atividades de extensão**, como cursos, oficinas, ciclos de palestras, exposições diversas, olimpíadas, expedições, atividades de divulgação científica e outras;

**Especificação:** E-book

## DIVULGAÇÃO

- Filme
- Hipertexto
- Impresso
- Meio digital
- Meio Magnético
- Outros. Especificar: \_\_\_\_

## FINALIDADE PRODUTO EDUCACIONAL

Material para embasar teoricamente os docentes sobre adolescência, educação, psicanálise e políticas públicas e material para identificar estudantes em sofrimento no ambiente principalmente aqueles relativos à automutilação, ideação suicida e suicídio

## PÚBLICO ALVO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Professores da educação básica

## IMPACTO DO PRODUTO EDUCACIONAL

### O Produto Educacional apresenta:

- Alto impacto** – Produto gerado no Programa, aplicado e transferido para um sistema, no qual seus resultados, consequências ou benefícios são percebidos pela sociedade.
- Médio impacto** – Produto gerado no Programa, aplicado no sistema, mas não foi transferido para algum segmento da sociedade.
- Baixo impacto** – Produto gerado apenas no âmbito do Programa e não foi aplicado nem transferido para algum segmento da sociedade.

<b>Área impactada pelo Produto Educacional:</b>
<input checked="" type="checkbox"/> Ensino <input checked="" type="checkbox"/> Aprendizagem <input type="checkbox"/> Econômico <input type="checkbox"/> Saúde <input checked="" type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Ambiental <input checked="" type="checkbox"/> Científico
<b>O impacto do Produto Educacional é:</b>
<input checked="" type="checkbox"/> <b>Real</b> - efeito ou benefício que pode ser medido a partir de uma produção que se encontra em uso efetivo pela sociedade ou que foi aplicado no sistema (instituição, escola, rede, etc.). Isso é, serão avaliadas as mudanças diretamente atribuíveis à aplicação do produto com o público-alvo.  <input type="checkbox"/> <b>Potencial</b> - efeito ou benefício de uma produção previsto pelos pesquisadores antes de esta ser efetivamente utilizada pelo público-alvo. É o efeito planejado ou esperado.
<b>O Produto Educacional foi vivenciado (aplicado, testado, desenvolvido, trabalhado) em situação real, seja em ambiente escolar formal ou informal, ou em formação de professores (inicial, continuada, cursos etc.)?</b>
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<b>Em caso afirmativo, descreva essa situação</b>
O produto educacional foi vivenciado, em forma de curso de extensão com a participação de 21 docentes da escola da rede pública de ensino. Essa vivência teve duração de 40 horas.

### REPLICABILIDADE E ABRANGÊNCIA DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional pode ser repetido, mesmo com adaptações, em diferentes contextos daquele em que o mesmo foi produzido?
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
A abrangência territorial do Produto Educacional, que indica uma definição precisa de sua vocação, é
<input checked="" type="checkbox"/> Local <input checked="" type="checkbox"/> Regional <input checked="" type="checkbox"/> Nacional <input type="checkbox"/> Internacional

## COMPLEXIDADE DO PRODUTO EDUCACIONAL

### O Produto Educacional possui:

**Alta complexidade** - O produto é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação/tese, apresenta método claro. Explica de forma objetiva a aplicação e análise do produto, há uma reflexão sobre o produto com base nos referenciais teórico e teórico-metodológico, apresenta associação de diferentes tipos de conhecimento e interação de múltiplos atores - segmentos da sociedade, identificável nas etapas/passos e nas soluções geradas associadas ao produto, e existem apontamentos sobre os limites de utilização do produto.

**Média complexidade** - O produto é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação/tese. Apresenta método claro e explica de forma objetiva a aplicação e análise do produto, resulta da combinação de conhecimentos pré-estabelecidos e estáveis nos diferentes atores - segmentos da sociedade.

**Baixa complexidade** - O produto é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação/tese. Resulta do desenvolvimento baseado em alteração/adaptação de conhecimento existente e estabelecido sem, necessariamente, a participação de diferentes atores - segmentos da sociedade.

**Sem complexidade** - Não existe diversidade de atores - segmentos da sociedade. Não apresenta relações e conhecimentos necessários à elaboração e ao desenvolvimento do produto.

## INOVAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

### O Produto Educacional possui:

**Alto teor inovativo** - desenvolvimento com base em conhecimento inédito.

**Médio teor inovativo** - combinação e/ou compilação de conhecimentos pré-estabelecidos.

**Baixo teor inovativo** - adaptação de conhecimento existente.

## FOMENTO

Houve fomento para elaboração ou desenvolvimento do Produto Educacional?

Sim       Não

Em caso afirmativo, escolha o tipo de fomento:

- Programa de Apoio a Produtos e Materiais Educacionais do PPGEEB  
 Cooperação com outra instituição  
 Outro. Especifique: \_\_\_\_\_

### REGISTRO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

Houve registro de depósito de propriedade intelectual?

Sim      Não

Em caso afirmativo, escolha o tipo:

- Licença Creative Commons  
 Domínio de Internet  
 Patente  
 Outro. Especifique: \_\_\_\_\_

Informe o código de registro: \_\_\_\_\_

### TRANSFERÊNCIA DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional foi transferido e incorporado por outra instituição, organização ou sistema, passando a compor seus recursos didáticos/pedagógicos?

Sim      Não

**Em caso afirmativo, descreva essa transferência**

### DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional foi apresentado (relato de experiência, comunicação científica, palestra, mesa redonda, etc.) ou ministrado em forma de oficina, mini-curso, cursos de extensão ou de qualificação etc. em eventos acadêmicos, científicos ou outros?

Sim      Não

**Em caso afirmativo, descreva o evento e a forma de apresentação:**

### **REGISTRO(S) E DISPONIBILIZAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL**

Produto Educacional Registrado na Plataforma **EduCAPES** com acesso disponível no link:  
<http://XXXXXX>

Produto Educacional disponível, como apêndice da Dissertação de Mestrado do qual é fruto,  
na **Biblioteca de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Goiás (UFG)**  
(<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/> ).

SANTOS, Maria Zilma Ferreira. **Conhecimentos sobre adolescência, educação, psicanálise e produção de ações escolares pelos docentes da rede pública, no curso de formação, para identificar estudantes com tendência a automutilação e ideação suicida e suicídio** (*e-book*). 2023. 52f. Produto Educacional relativo à Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) – Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica, Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO.

## RESUMO

Este Produto Educacional, no formato *e-book* foi resultado de um longo período de estudo, pesquisa, análise e reflexão no Mestrado Profissional em Ensino na Educação Básica do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do CEPAE/UFG, entre os anos de 2020 e 2023, intitulado “Conhecimentos sobre adolescência, educação, psicanálise e produção de ações escolares pelos docentes da rede pública, no curso de formação, para identificar estudantes com tendência a automutilação e ideação suicida e suicídio”. E constitui-se de dois produtos educacionais dos quais a primeira etapa consta de conhecimentos sobre a adolescência, educação, psicanálise e políticas públicas que foram debatidos e refletidos no curso de formação, conhecimentos estes que compõem esse e-book. O curso contou com a participação de 21 professores(as) e teve a duração de 40 horas, realizado durante um mês, sendo um encontro semanal de 8 horas. A segunda parte do produto educacional consta as ações produzidas pelos docentes, da escola campo, que participaram da formação. Assim, apresento neste produto educacional, essas produções com o intuito de corroborar com a práxis docente na identificação estudantes em sofrimento no ambiente escolar principalmente os relativos à tendência à automutilação, à ideação suicida e o suicídio. Para que os docentes não fossem identificados, eles foram cognominados com uso de forma numérica, de P1 a P27. A diferença na numeração, ultrapassando 21, justifica-se pelo fato de alguns professores terem respondido o questionário inicial, mas não participaram do curso. Utilizei, como procedimentos didático-pedagógicos: exposição participativa de conteúdo, roda de conversa, debate, trabalhos em grupo, projeção de filmes e vídeos, apresentação de trabalhos. Todos os professores participantes receberam certificação de participação.

Palavras-Chave: Adolescência. Docente. Educação. Psicanálise. Políticas Públicas. Automutilação-Ideação Suicida E Suicídio.

## SUMÁRIO

<b>1 – Adolescência e Docência: uma abordagem psicanalítica na Educação .....</b>	<b>12</b>
<b>2 – Políticas públicas, educação e adolescência: questões relacionadas à automutilação e à ideação suicida .....</b>	<b>23</b>
<b>2.1 – Constituição Federal.....</b>	<b>23</b>
<b>2.2 – LDB – Lei n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996 .....</b>	<b>24</b>
<b>2.3 – Lei n.º 13.819/19 .....</b>	<b>25</b>
<b>2.4 – Projeto de Lei n.º 270/2020 .....</b>	<b>25</b>
<b>2.5 – Decreto n.º 10.225/2020 .....</b>	<b>25</b>
<b>2.6 – Lei n.º 14.164/2021 .....</b>	<b>26</b>
<b>2.7 – Base Nacional Comum Curricular (BNCC).....</b>	<b>26</b>
<b>2.8 – A origem do Setembro Amarelo.....</b>	<b>28</b>
<b>3 – Ações escolares, para identificar adolescente em sofrimento na escola, produções docentes .....</b>	<b>28</b>
<b>3.1 – Grupo 1 – Composto pelos Cursistas P6 e P12 .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>3.2 – Grupo 2 – Composto pelos Cursistas P11, P17 e P27.....</b>	<b>37</b>
<b>3.3 – Grupo 3 – Composto pelos Cursistas P10 e P21 .....</b>	<b>40</b>
<b>3.4 – Grupo 4 – Composto pelos Cursistas P24 e P25 .....</b>	<b>43</b>
<b>3.5 – Grupo 5 – Composto pelos Cursistas P8 e P15 .....</b>	<b>43</b>
<b>3.6 – Grupo 6 – Composto pelos Cursistas P5 e P19 .....</b>	<b>47</b>
<b>3.7 – Grupo 7 – Composto pelos Cursistas P4, P9 e P16.....</b>	<b>48</b>
<b>3.8 – Grupo 8 – Composto pelos Cursistas P2 e P22 .....</b>	<b>50</b>
<b>3.9 – Grupo 9 – Composto pelos Cursistas P3 e P18 .....</b>	<b>50</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>54</b>

## 1 – Adolescência e Docência: uma abordagem psicanalítica na Educação

Para iniciar este estudo, recorro ao psicanalista Calligaris (2000), estudioso do tema aqui abordado. O autor argumenta que adolescência é um período compreendido entre a infância e a vida adulta, um tempo de suspensão compreendido entre a chegada da maturação dos corpos e autorização para realizar os valores sociais mais básicos. É um intervalo de tempo perpassado por uma espécie de imposição, uma moratória injustificada que contraria valores cruciais como a autonomia. Diante dessa condição, o adolescente, mesmo tendo assimilado os valores partilhados na sociedade, tais como sucesso social, financeiro, amoroso e sexual e alcançado a maturação do corpo, ainda assim lhe é postergada a autorização para realizar os valores enfatizados na sociedade. A justificativa para a citada moratória é a falta de maturidade. Em resposta, aparecem as transgressões e resistências.

Calligaris esclarece:

Quando a adolescência começou a ser instituída por nossa cultura e, logicamente, apareceram as complicações sociais e subjetivas produzidas pela invenção dessa moratória, pensou-se primeiro que a causa de toda dificuldade da adolescência fosse a transformação fisiológica da puberdade. A adolescência, em suma, seria uma manifestação de mudanças hormonais, num processo natural (CALLIGARIS, 2000, p. 19).

O autor referenciado (2000) argumenta que, no passado, quando essa moratória não era imposta, jovens de 15 anos já levavam exércitos à batalha, comandavam navios ou tocavam negócios com competência, ou seja, assumiam tarefas concernentes aos valores sociais.

Nossos adolescentes amam, estudam, brigam, trabalham. Batalham com seus corpos que se esticam se transformam. Lidam com as dificuldades de crescer no quadro complicado da família moderna. Como se diz hoje, eles se procuram e eventualmente se acham. Mas, além disso, eles precisam lutar com a adolescência que é uma criatura um pouco monstruosa, sustentada pela imaginação de todos, adolescentes e pais. Um mito, inventado no começo do século 20, que vingou sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial (CALLIGARIS, 2000, p. 8-9).

De acordo com o autor, a adolescência é “uma poderosa formação cultural de nossa época”, é um modo pelo qual os adultos veem os adolescentes e de esses se verem. É o prisma do olhar desses protagonistas sociais. Pode tanto causar inveja como medo, pois dá forma aos sonhos de liberdade ou à evasão dos pesadelos de violência e desordem dos adultos. A adolescência é ainda objeto de admiração e repulsa, já que é um pretexto para o *marketing*, utilizado para os imperativos da moda que é consumida pelos adultos.

É importante ressaltar que, *a priori*, a explicação para o comportamento de rebeldia dos jovens incide nas modificações orgânicas ocorridas nessa fase, mas, de acordo com o autor supracitado, essa insubmissão deriva do não reconhecimento desse sujeito como adulto, o que é seu maior desejo. Calligaris assegura que,

Em nossa cultura, a passagem para a vida adulta é um verdadeiro enigma. A adolescência não é só uma moratória mal justificada, contradizendo valores cruciais como o ideal de autonomia. Para o adolescente, ela não é só uma sofrida privação de reconhecimento e independência, misteriosamente idealizada pelos adultos. É também um tempo de transição, cuja duração é misteriosa (CALLIGARIS, 2000, p. 18).

Nesse sentido, indago sobre qual seria o pré-requisito para o adolescente tornar-se adulto em nossa sociedade. Segundo o autor, em outras culturas há um rito de iniciação com algumas provas, que são mais suportáveis que a indefinida moratória dos tempos modernos. Calligaris enuncia:

Para que fosse possível uma iniciação à vida adulta, com uma prova designada, seria necessário que se soubesse o que define um homem ou uma mulher adultos. Essa definição na cultura moderna ocidental fica em aberto. Adulto, por exemplo, é quem consegue ser desejável e invejável. Como saber então quanto desejo e quanta inveja é preciso levantar para ser admitido no Olímpio dos 'grandes'? Portanto, fica também em aberto a questão de quais provas seriam necessárias para que um adolescente merecesse se tornar um adulto (CALLIGARIS, 2000, p. 20).

O autor enfatiza que, quando o jovem atinge uma idade, mas não a idealizada para ser considerado adulto, emerge certo entendimento segundo o qual esse ser ainda não tem a maturidade necessária, para que ele realize as tarefas relativas aos valores sociais e possa competir de igual forma com todo mundo.

Calligaris (2000) afirma que adolescente se olha no espelho e se acha diferente. Constata, que perdeu a graça infantil, o amor e a proteção sem ganhar qualquer reconhecimento em troca, o que deveria ser compensado por um novo olhar do adulto, identificando sua imagem de outro adulto, mas em desenvolvimento.

O autor destaca: o que vemos no espelho é nossa imagem crivada do olhar dos outros. É uma imagem que muito se deve ao olhar dos outros. Nessa perspectiva se nos vemos bonitos ou desejáveis, há razões para confiar que os outros gostam de nós ou nos desejam. Em sendo assim, para os adolescentes, o espelho é ao mesmo tempo tentador e perigoso, porque gostariam muito de descobrir o que os outros veem neles. “Podemos entender, então, como essa época da vida possa ser campeã em fragilidade de autoestima, depressão e tentativas de suicídio. A insegurança se torna assim o traço próprio da adolescência” (CALLIGARIS, 2000, p. 25).

Alberti (2009) afirma que não é possível esperar uma explicação sobre o que não funciona na adolescência, bem como indagar sobre receitas para resolver os seus problemas.

O autor Calligaris (2000) definiu cinco chaves de acesso ao adolescente para compreensão das características dessa fase da vida. São elas: *adolescente gregário*; *adolescente delinquente*; *adolescente toxicômano*; *adolescente que se enfeia* e *adolescente barulhento*.

Embora o adolescente tenha uma nova imagem de seu corpo, ainda não é considerado adulto. Nessas condições, por se sentir acuado, passa a buscar novas situações sociais e a formar grupos compostos por jovens de sua faixa etária ou a formar conglomerados de grupos sociais, microssociedades dos amigos. Trata-se aqui do denominado pelo autor *adolescente gregário*. Ele adota pactos, estilos próprios e até mesmo adere a gangues. Dentre os estilos, cito: vestimenta *sui generis*, tatuagem, cicatriz, *punk*, *dark*, *rave*, *clubber*, etc. Assim, em grupos, os adolescentes tentam burlar a moratória a que estão sujeitos e se integram mais rápido a seus pares, mediante critérios claros e praticáveis, definidos por eles mesmos. Assumem a transgressão, que, sendo coletiva, solidifica os grupos e mantém a fidelidade a eles. Com isso, multiplica-se a chance de infração de regras. Desse modo, acabam excluindo os adultos, não levando em conta a família como verdadeira comunidade. A contravenção cometida é avaliada pelo adulto como uma patologia e, pelo grupo, uma forma de atingir o reconhecimento pretendido. O grupo transgressor, na sua função e em seus atos, pratica os desejos reprimidos dos adultos. Em crise, as famílias, os adultos revelam-se ansiosos por liberdade, o que, para o autor, significa estar livre das responsabilidades para com seu grupo familiar.

Saliento aqui que as infrações cometidas pelos adolescentes, mesmo com intuito de reconhecimento como adultos, devem ser reparadas com medidas socioeducativas, tais como prescritas no Estatuto da Criança e Adolescentes (ECA).

Outra chave de acesso ao adolescente, mencionada pelo autor referenciado, é o *adolescente delinquente*. Este não sabe quais são as provas e rituais necessários para ser reconhecido como adulto. Assim, sua motivação primeira é pôr fim à moratória a ele imposta, pois, embora se sinta preparado, forte, maduro, potencialmente adulto, ou seja, considere-se capaz de assumir papéis desempenhados pelo adulto, ainda assim é rejeitado pela sociedade. O caminho encontrado perante esse menosprezo é a rebeldia e a transgressão.

Calligaris ressalta que,

Quando um pedido não encontra uma palavra que no mínimo reconheça sua relevância, normalmente seu autor levanta a voz. Numa progressão linear, grita,

quebra vidros e pratos, coloca fogo na casa e pode até se matar para ser levado a sério. Ou seja, ele tenta impor pela força, ou mesmo pela violência, o que aparentemente não é ouvido (CALLIGARIS, 2000, p.39).

O autor argumenta que a delinquência poderia ser uma vocação nessa faixa etária, mas poucos jovens, contudo, tornam-se propriamente delinquentes. Entretanto, como já foi aludido, por não ter a aceitação pleiteada dentro do pacto social estabelecido, os adolescentes tentarão obter, ‘fora’ ou contra este, a ruptura desse tratado, mediante um acordo alternativo do grupo, com claras regras de reconhecimento mútuo. Calligaris (2000) esclarece que os adolescentes sempre vão tentar atrair atenção dos adultos, suscitar a aprovação pretendida e, por meio da transgressão, solapar o acordo social constituído, angariando zelo e cuidado. Além disso, acreditam que a violação de normas seja um desejo reprimido dos adultos.

Segundo Calligaris (2000), o erro de estratégia está em que, quanto mais a interpretação do desejo dos adultos for precisa, mais o suposto presente vai de encontro à vontade destes que é a de reprimir a encenação de seu recalque. Perante esse erro, os adolescentes inclinam-se a aumentar sua rebeldia e desobediência.

A denominação *adolescente toxicômano* também integra a chave de reconhecimento de que estou tratando. Na visão dos adultos, este tipo de jovem é o mais preocupante, pois é mais suscetível às drogas ilegais.

Segundo o autor, o uso dos entorpecentes assim se justifica:

Sensível à ‘injustiça’ da moratória, o adolescente descobre que, em matérias de drogas ditas legais (álcool e tabaco), há em princípio uma separação de pesos e medidas entre adultos e adolescentes. A interdição seletiva dessas drogas aos adolescentes é vivida como uma parte do processo de infantilização, uma vez que cigarro e álcool são liberados para os adultos (CALLIGARIS, 2000, p. 45).

O autor salienta que, quando a família orienta o adolescente sobre os perigos do uso de drogas, este tem de recusar tal proteção e cuidado por acreditar que isso o infantiliza. Contudo, se essa orientação não é usada pelos pais, o adolescente pode sentir descaso pela sua vida.

Outro componente da chave de acesso aos jovens, formulada por Calligaris (2000), é *o adolescente que se enfeia*. Trata-se de um modo de desafiar a estética adotada pelo adulto, e, dessa forma, provocar agressão e oposição a ele. Os adolescentes e seu grupo criam o seu próprio padrão com o qual se diferenciam e se reconhecem. Por outro lado, podem expressar a contestação a um sistema que idolatra o valor o financeiro e o econômico. Enfeando-se, contrapõe-se a “desejabilidade dos corpos como razão do reconhecimento social.”

O autor supracitado em seu livro, “A adolescência”, no capítulo, “A adolescência como ideal social”, salienta que a idealização comercial dos adolescentes é exaltada pelo

*marketing* desde os anos 1980. A fim de obter maior proveito, são oferecidos e vendidos aos adultos, praticamente todos os estilos adotados pelos adolescentes, reforçando o desejo daqueles de serem jovens.

Segundo o autor em foco, a “feiura” escolhida pelos adolescentes pode estar relacionada ao exibicionismo de um modelo erótico estranho à norma, desconsiderando padrões socialmente aceitos.

A seguir, discorro sobre o *adolescente barulhento*, integrante das chaves propostas por Calligaris (2000). Esses adolescentes são vistos pelos adultos como anúncios publicitários pelo uso de marcas ou imitação de personagens ditas como seus ídolos, o que não deixa de ser uma ironia, pois os adultos também são alvos disso, já que a idolatria e a imitação são formas básicas da socialização moderna.

A escuta de músicas, em volume alto, é usada para afrontar os adultos, que acabam aceitando-a como desejável, dificultando a provocação o adolescente, pois é absorvida culturalmente e também idealizada.

O autor assevera que a adolescência é um ideal coletivo, está em qualquer cultura que recusa a tradição e idealiza a liberdade, a independência e a insubordinação. Adolescente como ideal para si mesmo, cópia de seu próprio estereótipo. Marginaliza-se para continuar ocupando o centro da cultura, o lugar de sonho dos adultos.

É importante reafirmar que, conforme explicita Calligaris (2000), a adolescência é uma entidade, um fato social reconhecido e não somente uma faixa etária, mas um grupo social, um estado de espírito, um ideal de cultura.

Para o psicanalista Dunker (CAFÉ FILOSÓFICO, 2021), a adolescência é um momento de passagem, de travessia, em que a infância, de certa forma, morre. O adolescente já não é a criança protegida e amada de outrora, embora nem todas as crianças tenham vivido experiências afetivas, ao contrário, há muitos casos de crianças e adolescentes desrespeitados em seus direitos, que são até mesmo violados. Muitos sofrem abusos sexuais em suas próprias casas.

Ao ingressar em outro mundo, em outra forma de viver, o jovem não compreende seus direitos. Sua vida dependerá agora do resultado de transformações reais do corpo, de encontros, de acasos. Dunker (2020) ressalta que a adolescência é um

[...] momento indefinitório, e que certas injunções de abuso, de *bullying*, certas experiências de injustiça, de fracasso, certas experiências de maneira traumática podem concorrer para que a travessia se complique, ou que a travessia leve a uma espécie de resposta em ato daquilo que o sujeito não consegue elaborar em termos de violência do mundo que o outro dispensa para ele [...] Frequentemente ele pensa

que isso vai perdurar para o resto da vida, isso vai ficar, é um lugar do qual não consegue sair, parece que o outro está dizendo que ele não tem lugar, existência ou que ele está empurrado para fora, isso é vulnerável para todos os adolescentes (CAFÉ FILOSÓFICO, 2021, n.p.).

De fato, o adolecer é uma fase em que o indivíduo vivencia muitas transformações, seja orgânica, psicológica, emocional ou social. É um período de muitos questionamentos, dúvidas, tristezas e incertezas. Segundo Calligaris (2000), entre a fase da infância e a fase adulta, o adolescente tende a ficar em uma espécie de limbo. E, estar nessa condição, causa-lhe muitas dores, frustrações e ao mesmo tempo expectativas, por não poder fazer parte de uma comunidade, participando das decisões e daquilo que é próprio da vida adulta, como trabalhar, namorar, casar-se. O desejo do adolescente é o de ser um adulto e, como não lhe são conferidas tais prerrogativas, ele passa a transgredir, buscando constantemente a visibilidade para tornar-se reconhecido como integrante do meio social e, assim, expressar os seus sentimentos. O que ele percebe, no entanto, é que são poucos os momentos de escuta nos ambientes que deveriam oferecer-lhe tais garantias, seja na família, na escola ou em outros setores sociais. Saber ouvi-los é respeitar uma identidade, um processo, uma trajetória.

A sociedade impõe muitos parâmetros e estereótipos, entre os quais os associados à cultura, raças e etnias. Nesse contexto, os adolescentes sentem-se deslocados, não querem falar e não têm lugar para expressar suas emoções. Sendo assim, é preciso que a escola crie situações que venham colaborar com os estudantes, de modo a que se sintam à vontade para se manifestar, seja por meio da escrita, da fala ou de qualquer linguagem visual ou artística.

Cumprir mencionar que tal ajuda e a superação de limites não constituem um processo simples, não há um roteiro predeterminado para isso, porém diálogos, envolvendo o adolescente, a escola, a família e os adolescente entre eles mesmos, devem ser incentivados bem como promovidos.

O ensino não deve ser palco de desilusão de adolescentes como reportado na peça teatral intitulada “O Despertar da Primavera” (1890), do dramaturgo alemão, Frank Wedekind. A peça traz a visão de atores sociais, como pais, professores, religiosos e o ponto de vista de um grupo de alunos, jovens, entre os quais das personagens Wendla, Melchior e Moritz. O texto aborda temas atinentes à fase de vida desses adolescentes, como sexualidade, reprodução dos seres, desejos sexuais inconscientes, afetos e fantasias. Nos diálogos, destacam-se suas descobertas, mediante a observação dos seus corpos e do que sentem. De outro lado, há as figuras que simbolizam autoridades, tais como a moral, o controle, as convenções representadas pelos pais, professores, diretores da escola e religiosos. (WEDEKIND, 1973).

A narrativa desenvolve questões relacionadas à adolescência e ao ambiente escolar. Alguns quesitos focalizados, quanto às percepções dos adolescentes, são iguais aos dos jovens da sociedade atual, como o suicídio, desejos, entre outros. A automutilação, todavia, presente entre os jovens de hoje, não aparece na peça, pois, como assinala Dunker (2020), essa prática é recente.

Os adolescentes, em suas conversas, expõem suas inquietações sobre a realidade, sensações, seus desejos, dúvidas, receios, angústias, conflitos diante dos impulsos e, no cotidiano, vão descobrindo que há vida social e desejos muito além dos que são mostrados pelas figuras de autoridades, bem como que existem temas pulsantes e diferentes dos estudados na escola. Os conteúdos tratados nessa instituição não respondem às expectativas e inquietações dos jovens.

Como exemplo de diálogo, cito a conversa de duas personagens, Melchior e Moritz. A primeira fala: “Sempre gostava de saber para que é que vimos ao mundo”. A segunda responde: “Preferia ser cavalo de tiro por causa das aulas! Mas para que é que vamos às aulas? É para nos fazerem exames? Para nos chumbarem. Têm de chumbar sete, porque na aula do ano que vem só cabem sessenta alunos.” (WEDEKIND, 1973, p. 42).

Pelo diálogo das personagens, fica claro que as avaliações do ensino e da aprendizagem, promovidas, hoje, também têm sido diferentes das de outrora, pois, atualmente, especialmente no Brasil, obedecem a ditames do interesse econômico dos organismos internacionais, cujo ideário é neoliberal. Já as retratadas na história, embora também desfavoráveis, visavam à adequação do número de alunos às vagas existentes.

Em outra passagem Moritz expõe o seguinte trecho em que mostra a falta de significado do que estuda na escola e suas indagações acerca de questões sobre sexualidade, Moritz fala:

Eu estudei [...] a enciclopédia Meier tudo, de fio a pavio. Palavras... só palavras e mais palavras! Nem a mais leve sombra de explicação. Oh!, Que coisa essa vergonha! De que é que serve uma enciclopédia se não me responde à questão da vida mais importante? (WEDEKIND, 1973. p. 51).

A escola como um espaço social de formação humana deve levar em conta sua importância como lócus a propiciar práticas educativas significantes e que colaborem com o processo de afirmação da identidade do adolescente e de seu sentimento de pertencimento a um grupo. Além disso, essa instituição social deve auxiliar os estudantes no entendimento de seu lugar no mundo, na sociedade e, principalmente, na certeza e na confiança de que serão reconhecidos como adulto, tal como é seu desejo. Deve ser um espaço para liberdade,

criatividade, autoconhecimento, autodesenvolvimento e, ainda, um local de construção de novos saberes e não de resolução de tarefas e de transmissão meramente de conteúdo. Em suma, deve constituir um celeiro de possibilidades de descoberta, de desenvolvimento das habilidades e de preferências.

Alberti (2009) lembra a participação de Freud em discussões ocorridas em reunião da Sociedade Psicanalítica de Viena (1910). Na época, jovens vienenses haviam suicidado no ginásio, assim debatiam-se uma preocupação muito presente nos dias de hoje, o suicídio de adolescentes, em que “Freud analisou o suicídio e destacou a importância de os professores sustentarem o aluno [...]” (ALBERTI, 2009, p. 91).

Essa sustentação significa não deixar passar algo significativo para o jovem, como, por exemplo, o diálogo e o momento de escuta. Um diálogo firme e comprometido com a transformação e emancipação pode tornar o adolescente mais confiante. Neste cenário, é relevante construir possibilidades e intervenções educativas. O diálogo com o adolescente pode ser um dos elementos de construção individual e coletiva, para que ele descubra seu modo de ser e estar no mundo. À escola cabe coparticipar do processo de formação do adolescente para a vida, bem como ajudá-lo a formular pensamentos próprios, a sentir-se seguro para expor o que pensa, mais ainda, a tomar suas próprias decisões e assumi-las ou modificá-las, o que será importante na sua trajetória acadêmica, profissional e pessoal.

O papel do docente é de fundamental importância nesse processo, contudo é importante lembrar a advertência que Freud faz ao educador “[...] somente alguém que possa sondar as mentes das crianças será capaz de educá-las e nós, pessoas adultas, não podemos entender as crianças porque não mais entendemos nossa própria infância.” (FREUD, 1974, p. 22). Embora essa advertência de Freud seja em relação à criança, aplica-se também ao adolescente.

Calligaris, por sua vez, destaca:

Instigar os jovens a se tornarem indivíduos independentes é uma peça-chave da educação moderna. Em nossa cultura, um sujeito será reconhecido como adulto e responsável na medida em que viver e se afirmar como independente, autônomo –como os adultos dizem que são (CALLIGARIS, 2000, p.17).

Nesse sentido, a escola tem como função instruir os estudantes sobre os valores fundamentais à inserção da pessoa na sociedade. Sendo assim, é importante refletir sobre os vieses que existem no ato de ensinar-aprender, bem como nos processos subjetivos e nas ações inconscientes que perpassam a relação professor-aluno. Voltolini (2018, p. 69) argumenta que, trabalhar para fazer crescer uma criança, recoloca o adulto, que se encontra na

posição de professor, diante dos mesmos conflitos que ele teve quando outra pessoa se ocupou dessa tarefa. Pondera sobre a impossível mestria na cena pedagógica, uma vez que até a escolha profissional não conta apenas com as motivações conscientes, mas também com as fantasias inconscientes. O autor lembra que, ao exercer o papel docente, o professor se defronta com um processo transferencial de conflitos inconscientes. Considero que para que esse processo não seja rigoroso, o professor precisa ter preparo teórico, técnico e pedagógico, a fim de que suas implicações subjetivas não interfiram em “sua engenhosidade no momento do encontro com o aluno”. A compreensão desses processos inconscientes de que trata a psicanálise corrobora a ação docente.

O autor referenciado sustenta que “qualquer intenção de mestria é impossível, simplesmente porque falamos e, em nossa fala, estamos referidos sempre a outra cena que nos condicionou e condiciona, e que fala atrás de nós” (VOLTOLINI, 2011, p. 36). Afirma que esse processo se dá de maneira inconsciente. Nesse sentido, as contribuições da psicanálise são importantes, porque, na ação pedagógica, há uma operação ativa entre ensinar e aprender. Mesmo sendo inconsciente, para que o professor seja o par maduro nessa influência, é necessário um olhar atento e cuidadoso, de modo a promover momentos em que o estudante se sinta pertencente ao processo, possa externar sua fragilidade, angústia e não se perceba rotulado. Desse modo, o docente estará desenvolvendo uma ação preventiva contra a automutilação, a ideação suicida e o suicídio do adolescente.

Vale a pena expor aqui algumas considerações acerca dos fenômenos referidos no parágrafo anterior. A automutilação é caracterizada pela prática de cortes no corpo, a exemplo, os punhos, as coxas, entre outros. Trata-se de um ato muito utilizado pelos adolescentes, a fim de deslocar a dor psíquica para a dor corporal. De acordo com Dunker (DUNKER, 2017), a automutilação ou *cutting* “é uma prática compensatória, um sintoma para estabilizar a angústia, recompor e marcar esse momento de constituição de um novo corpo e no geral está ligado a impasses subjetivos.”

Quanto à ideação suicida, o Manual para Profissionais da Saúde, elaborado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) traz o seguinte excerto:

A maioria das pessoas suicidas comunica seus pensamentos e intenções suicidas. Elas freqüentemente dão sinais e fazem comentários sobre ‘querer morrer’, ‘sentimento de não valer pra nada’, e assim por diante. Todos estes pedidos de ajuda não podem ser ignorados. Quaisquer que sejam os problemas, os sentimentos e pensamentos da pessoa suicida tendem a ser os mesmos em todo o mundo (OMS, 2000, p. 12-13).

No tocante ao suicídio, no Manual, lê-se:

O suicídio é um problema complexo para o qual não existe uma única causa ou uma única razão. Ele resulta de uma complexa interação de fatores biológicos, genéticos, psicológicos, sociais, culturais e ambientais. É difícil explicar por que algumas pessoas decidem cometer suicídio, enquanto outras, em situação similar ou pior, não o fazem. Contudo a maioria dos suicídios pode ser prevenida (OMS, 2000, p. 4).

A OMS e Dunker trazem o mesmo posicionamento qual seja não há um sentido único para a prática do extermínio, e esta pode ser prevenida. Nesse aspecto, é importante enfatizar o papel da educação escolar como uma opção valiosa para ajudar os adolescentes a não recorrerem à referida atitude. Essa educação pode fortalecer o jovem nessa quadra da vida, considerada tanto por Alberti (2009) quanto por Calligaris (2000) como um período de fragilidades.

Diante de tais argumentos, avulta a relevância de um estudo mais aprofundado acerca dessa etapa da existência, sobretudo, para entendimento da relação professor-aluno e para a adoção de estratégia para lidar quotidianamente com os estudantes.

Dados estatísticos do Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde (2021) e da Organização Panamericana de Saúde (OPAS) corroboram a importância deste estudo proposto por mim. Esse documento põe em evidência o acelerado aumento das taxas de autoextermínio de adolescentes e jovens de 15 a 29 de idade, no Brasil, constituindo a quarta causa de mortes destes.

No tocante àqueles que se automutilam, não há estatística, mas é comum nos corredores das instituições escolares a constatação de um número considerável de alunos com essa prática.

É importante lembrar que, para a psicanálise, os dados estatísticos não são relevantes, pois os estudos têm em conta que a passagem ao ato não é atribuída a um fator específico, existem sentidos variados (DUNKER, 2020). Sendo assim, sobressai não só a necessidade de uma discussão mais profunda acerca desse assunto, promovida na escola, como também o planejamento e execução de ações que favoreçam o diálogo com os alunos e a sua acolhida. A literatura mostra que suicídios podem ser evitados, mas, para isso, é preciso que se adotem medidas abrangentes de prevenção, as quais integrem diferentes setores da sociedade, como a escola (BRASIL, 2019).

Falar sobre o assunto pode ser também uma forma importante de minorar atos suicidas e de automutilação. Nesse sentido, no intuito de colaborar, a OMS elaborou um material intitulado “Prevenção do Suicídio: manual para professores e educadores, profissionais da saúde e para a imprensa” (OMS, 2000-A; 2000-B; 2000-C).

No próximo capítulo, dedico-me às políticas públicas nacionais que podem embasar as ações a ser promovidas pela escola e destinadas aos adolescentes em situação de sofrimento, com tendência à automutilação, ideação suicida e ao suicídio. Empenho-me em tecer comentários acerca da Constituição Federal de 1988 e da lei que define e regula o sistema educacional brasileiro, a LDB Lei n.º 9394/96. Discorro, também, sobre a Lei n.º 13.819/2019, o projeto de Lei n.º 270/2020, em tramitação no Congresso, o Decreto n.º 10.225/2020, a Lei n.º 14.164/2021 e ainda sobre a campanha intitulada Setembro Amarelo.

## **2 – Políticas públicas, educação e adolescência: questões relacionadas à automutilação e à ideação suicida**

Neste capítulo, abordo o arcabouço legal que pode iluminar as ações da escola perante a tendência de automutilação, ideação suicida e de suicídio de jovens. Início pela Carta Magna em vigor.

### **2.1 – Constituição Federal**

Sancionada em 1988, após a saída do país do regime de exceção, a Carta Magna brasileira, em seu Artigo 227, prescreve o seguinte:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Redação dada pela EC n.º 65/2010) (BRASIL, 1988).

A referida Constituição prevê irrestrita primazia ao direito à vida. Essa enfática predileção remete a uma conjugação de esforços voltados à preservação da vida. Ocorre, entretanto, que muitos adolescentes praticam automutilação, autoextermínio e pouco se fala sobre o assunto, bem como há uma tímida busca de alternativas para mitigar o sofrimento e a angústia que os adolescentes vêm enfrentando. Tal atitude parece decorrer de tabu ou de estratégia destinada a evitar contágio.

É importante lembrar que, em atendimento ao Artigo supra, foi criado o Estatuto da Juventude, com o qual foi instituído o Sistema Nacional de Juventude – Sinajuve – Lei nº 12.852/2013. Este estatuto preceitua o seguinte:

Seção I - Dos Princípios:

Art. 2º O dispositivo nesta lei e as políticas públicas de juventude são regidos pelos seguintes princípios:

VII - promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e VIII - valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações.

Seção V – Do Direito à Saúde Art. 19. O jovem tem direito à saúde e à qualidade de vida, considerando suas especificidades na dimensão da prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde de forma integral (BRASIL, 2013).

Embora os aparatos legais do Brasil preconizem o direito do adolescente à vida segura, ao diálogo e à qualidade de vida, na realidade, a implementação das políticas públicas precisa

contar com a vigilância, pois são negligenciadas, apesar de haver um alto índice de jovens em sofrimento e um aumento de casos de automutilação e ideação suicida, como já foi mencionado.

É importante salientar que, assim como é rarefeita a busca de alternativas para mitigar o sofrimento dos adolescentes, poucos são também os espaços psicossociais de acolhimento a esses e à sua família. Cito, aqui, alguns equipamentos públicos mais conhecidos: os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Em 2019, a Constituição Federal de 1988 passou por alterações no parágrafo 5º do art. 66, por força da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica, como se seguinte:

Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.

§ 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.

§ 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino.

Art. 2º Os sistemas de ensino disporão de 1 (um) ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação (BRASIL, 2019).

## **2.2 – LDB – Lei n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996**

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) – Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996 – estabelece as diretrizes e bases da educação brasileira. Nela palavra adolescente é mencionada seis vezes. No Capítulo II, Da Educação Básica, Seção I, Das Disposições Gerais, o Art.25 estabelece: “Art. 25. Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento”.

Saliento que, em nosso país, nem sempre o disposto na legislação é observado, como, por exemplo, o prescrito pelo Artigo 25 supracitado. Por falta de vontade política e de atribuição de valor à educação escolar, a relação adequada entre o número de alunos e o de professor não é observada, tampouco o é a carga horária adequada para os docentes.

Nas instituições de ensino, pode-se constatar, ainda, que são negligenciadas às condições materiais condizentes com a realização do ensino e atendimento aos alunos.

### **2.3 – Lei n.º 13.819/19**

Este dispositivo legal institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Esta Lei altera a de n.º 13.819/19 e prescreve:

Art. 3º São objetivos da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio:

VII – promover a articulação intersetorial para a prevenção do suicídio, envolvendo entidades de saúde, educação, comunicação, imprensa, polícia, entre outras;

Art. 6º Os casos suspeitos ou confirmados de violência autoprovocada são de notificação compulsória pelos

II – Estabelecimentos de ensino públicos e privados ao conselho tutelar.

§ 5º Os estabelecimentos de ensino públicos e privados de que trata o inciso II do caput deste artigo deverão informar e treinar os profissionais que trabalham em seu recinto quanto aos procedimentos de notificação estabelecidos nesta Lei (BRASIL, 2019).

Conforme já mencionado supra reafirmo que, em nosso país, nem sempre o disposto na legislação é observado. O que prescreve a Lei n.º 13.819/19 não foi implementado na escola campo e nem em outras Unidades que os cursistas também trabalham.

### **2.4 – Projeto de Lei n.º 270/2020**

Apresentado pela Deputada Rejane Dias (PT/PI), encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados o projeto de Lei n.º 270/2020, que altera as Leis n.º 13.819/2019 e a LDB n.º 9.394/9, dispondo sobre a notificação dos casos de automutilação e suicídio aos Conselhos Tutelares pelos estabelecimentos de ensino.

Esse PL visa modificar a redação do Artigo 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para nele inserir a obrigatoriedade de notificação ao Conselho Tutelar das ocorrências de violência, automutilação e suicídio, inclusive atentado, ocorridos nos estabelecimentos escolares.

Modifica, também, a redação do Artigo 3º da Lei n.º 13.819, a fim de incluir, em seu inciso II, a tarefa de os estabelecimentos de ensino notificarem aos Conselhos tutelares eventos, o desenvolvimento e aprimoramento de métodos de coleta e análise de dados sobre automutilações, tentativas de suicídio e suicídios consumados.

### **2.5 – Decreto n.º 10.225/2020**

Em 5 de fevereiro de 2020, o Presidente da República, por meio de Decreto, determinou no Art. 12. “A notificação compulsória de violência autoprovocada é obrigatória II - responsáveis por instituições de ensino públicas e privadas”.

## 2.6 – Lei n.º 14.164/2021

Mediante Lei n.º 14.164/2021 a LDB/1996 sofre alteração, a fim de incluir conteúdos relativos aos **direitos humanos** e ao combate a todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher. Com esta Lei, foram prescritos no Art. 26 § 9º, da LDB,

Art.26. § 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais, nos currículos de que trata o caput deste artigo, observadas as diretrizes da legislação correspondente e a produção e distribuição de material didático adequado a cada nível de ensino (BRASIL, 2021).

Conforme já mencionado supra reafirmo que, em nosso país, nem sempre o disposto na legislação é observado. O que prescreve a Lei n.º 13.819/19 não foi implementado na escola campo e nem em outras Unidades que os cursistas também trabalham.

## 2.7 – Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular constitui um referencial normativo que se destina a definir o conjunto orgânico e progressivo das aprendizagens essenciais que os alunos devem desenvolver em todas as etapas e modalidades da educação básica. Essa base estabelece conhecimentos, competências e habilidades, a serem adquiridas por esses estudantes na escolaridade básica. Ela deve nortear os currículos e as propostas pedagógicas das instituições escolares públicas e privadas de todas as Unidades Federadas e o Distrito Federal, conforme preve à LDB/96

Aguiar (2018) lembra que Plano Nacional de Educação (2014–2024) em uma das estratégias incluídas na Meta 7 estabeleceu que a base comum nacional fosse encaminhada ao Conselho Nacional de Educação até o mês de junho de 2016.

Em seus mandatos, Dilma Roussef destinou espaço relevante à elaboração da Base comum. Todavia, com o processo de dissolução desses mandatos, por *impeachment*, assume o governo o vice-presidente, Michael Temer, que nomeou como seu Ministro da Educação, o Deputado José Mendonça Filho. Aguiar (2018) destaca que até a sua implantação, o texto da BNCC contou com três versões. Foi redigida em 2014 e aberta para consulta pública em 2015. Em 2019, foi implementada nas escolas. é ser

Segundo a autora, a terceira versão recebeu críticas, mas foi bem aceita por várias Organizações Não Governamentais e fundações. Destas participaram: Fundação Lemann, Ayrton Senna, Fundação Itaú Social, CenPEC e Movimentos Todos pela Educação. A autora supracitada (2018) salienta outras vozes que ressoaram, apontando as contradições e inconsistência da terceira versão do documento em foco, bem como do processo de sua elaboração, discussão e aprovação, como se constata no excerto seguir, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd:

A crítica, com relação à metodologia de construção, além do modo duvidoso da consulta, que agora é utilizada para legitimar a participação popular nesse processo, também traz um alerta acerca dos sujeitos que assumiram o protagonismo, uma vez que os especialistas, intelectuais, associações da sociedade civil e professores, que inicialmente ocuparam esse espaço, foram sendo substituídos, e a última versão culmina com a presença maciça do MEC e das Fundações, representantes de grupos privados ou de empresas. Se a elaboração da BNCC teve como ponto de partida o esforço de realizar um diálogo com os agentes da educação básica, a terceira versão culmina num texto que, inclusive pelas omissões que apresenta, se torna um documento que não reflete a diversidade do diálogo estabelecido em muitas contribuições recebidas (ANPEd, 2017, p. 16, *apud* AGUIAR, 2018, p. 88).

É crucial considerar quão a essência da educação escolar vem se esvaindo diante do atendimento aos interesses de organismos internacionais, alinhados ao ideário neoliberal. Assim, o diálogo sobre a diversidade e o respeito às diferenças individuais ficam sucumbidos.

De acordo com Laval, nessa perspectiva, “o sistema escolar é obrigado a passar do reino dos valores culturais à lógica do valor econômico” (LAVAL, 2019, p. 288). Declara também que, sob esse enfoque, há uma mudança de comportamento e de valores induzida pela lógica concorrencial.

Para Aguiar, na BNCC, está subentendida a hegemonia de uma única forma de ver os estudantes, seus conhecimentos e aprendizagens, bem como as escolas, o trabalho dos professores, os currículos e as avaliações (AGUIAR, 2018 p. 82-83).

Em relação à adolescência, foco do meu estudo, o texto da BNCC destaca a importância do fortalecimento da autonomia dos adolescentes, o que lhes propicia condições e ferramentas para lidar criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informações. Frisa, ainda, que esta fase da vida é marcada por grandes mudanças em virtude de transformações biológicas, psicológicas, sociais e emocionais, enunciando:

As mudanças próprias dessa fase da vida implicam a compreensão do adolescente como sujeito em desenvolvimento, com singularidades, formações identitárias e culturais próprias que demandam práticas escolares diferenciadas, capazes de contemplar suas necessidades e diferentes modos de inserção social (BRASIL, 2019, p. 60).

Destaco deste documento: a importância conferida ao fortalecimento da autonomia dos adolescentes, ao respeito às mudanças próprias dessa fase da vida, à escola na adoção de práticas capazes de atender às necessidades dos jovens, ao papel do professor no entendimento dessa fase, e na promoção de diálogos com as formas juvenis de expressão.

Em seguida, passo a discorrer acerca de uma das medidas tomadas no Brasil no combate ao suicídio: o Setembro Amarelo.

## **2.8 – A origem do Setembro Amarelo**

O Setembro Amarelo constitui uma campanha para alertar sobre a prevenção do suicídio e se originou nos EUA, trazendo a história de um jovem que se suicidou sem que os familiares, amigos e à escola soubessem interpretar a manifestação de seus sofrimentos. O adolescente, 17 anos tinha um forte Mustang 68, que pintara de amarelo e foi encontrado sem vida dentro deste veículo no dia 08 de setembro de 1994. No dia do velório os pais e amigos distribuíram cartões com fitas amarelas com frases sobre a necessidade de redobrar atenção aos casos de ideação suicida. Por causa desse ocorrido, no Brasil, organizações como Centro de valorização da vida e conselho Federal de Medicina e associação Brasileira de Psiquiatria no ano de 2015 instituíram o dia 10 de Setembro como o dia de combate ao suicídio.

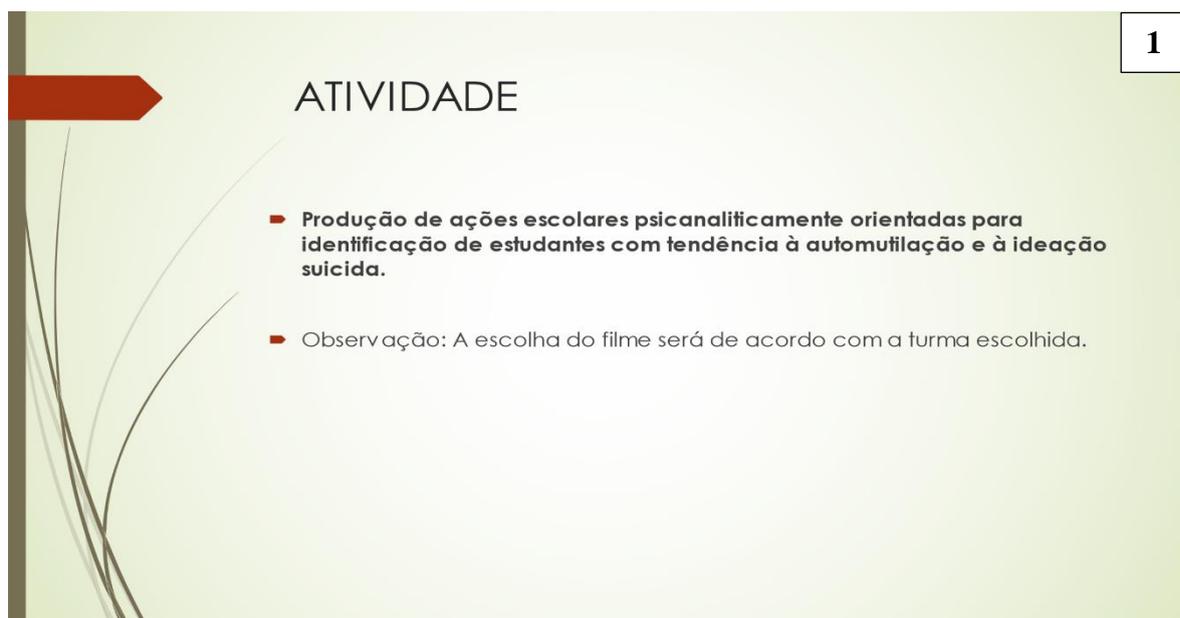
É necessário alertar que, no Brasil, as políticas públicas que tratam das questões relacionadas aos casos de automutilação e suicídio demandam maior empenho na concretização de seus ditames, pois os preceitos legais foram instituídos, mas não estão sendo implementados.

Para dar continuidade a este e-book, ocupo-me em apresentar as ações produzidas no curso de formação pelos cursistas. Essas ações escolares a serem desenvolver com os estudantes não são padronizadas. Foram apresentadas como atividades práticas ou como estratégias.

## **3 – Ações escolares, produzidas pelos docentes para identificar adolescente em sofrimento na escola, produções docentes**

### **3.1 – Grupo 1 composto pelos Cursistas P6 e P12**

As atividades que se seguem foram socializadas pelos cursistas, por meio do aplicativo *power point*.



**Figura 1 – Sequência de vinte e um slides de PowerPoint das Ações Escolares 1, desenvolvidas pelos docentes.**

Sugestões de filmes e ações escolares.

Os filmes apresentados abordam questões relativas à adolescência, sexualidade, emoções, escolhas, abandono, gravidez e outros. Em relação aos 8ºs, 9º e Ensino médio, após assistir ao filme os docentes podem promover uma roda de conversa ou solicitar que o estudante exponha sua ideia através de uma manifestação artística, que pode ser um desenho, um poema ou outra.

Sinopse do filme “Em busca de um lar” (ADOROCINEMA, 2014) aos 8 anos de idade, Apple (Vanessa Hudgens) abandonou a casa de sua mãe (Rosario Dawson), uma prostituta viciada em drogas, e passou a morar em lares adotivos. Durante toda a adolescência, a garota guardou uma carta do pai rico (Brendan Fraser) que ela nunca conheceu. Apple parte em busca deste homem, mas quando anuncia que está grávida de um rapaz que conheceu nas ruas, seu pai biológico sugere que ela recorra ao aborto, e Apple foge novamente. Entre novos lares adotivos e a proteção de um padre, ela tenta reconstruir a sua vida

## Turmas 8º e 9º ano



O filme “As vantagens de ser invisível”, para o Ensino médio retrata questões relativas a sexualidade, drogas e outros.

Sinopse do filme “As vantagens de ser invisível” (ADOROCINEMA, 2012): Charlie (Logan Lerman) é um jovem que tem dificuldades para interagir em sua nova escola. Com os nervos à flor da pele, ele se sente deslocado no ambiente. Seu professor de literatura, no entanto, acredita nele e o vê como um gênio. Mas Charlie continua a pensar pouco de si... até o dia em que dois amigos, Patrick (Ezra Miller) e Sam (Emma Watson), passam a andar com ele.

3

## Turmas: ensino médio



Seguem ações para trabalhar o filme “Divertida Mente” e o livro “O Monstro das Cores” (LLENAS, 2018) com os alunos de 6º e 7º ano:

4

## Ações

- 1º momento:
  - Exibição do filme Divertidamente
- 2º momento:
  - Leitura e análise do texto - O monstro das Cores;
- 3º momento:
  - Os alunos deverão representar os seus sentimentos, escolhendo qual monstrinho representa o que ele está sentindo e o motivo da sua escolha.

5

## Questionário

- 4º Momento:

- Criar espaços de diálogo seguros com os/as estudantes enfatizando a expressão dos sentimentos e a escuta compreensiva através do card das emoções:

- Dinâmica : card das emoções

- 5º momento:

- Os alunos deverão responder a um questionário com perguntas sobre o tema depressão e ansiedade.

O quinto momento da atividade supra, foi sugerido pelos docentes em formação que estes fossem elaborados pelos adolescentes pois teriam mais facilidade ao responderem.

6

## 1º momento: filme - Divertidamente



7



## Sinopse Divertida Mente

- ▀ O filme "Divertida Mente" [...] conta a história de Riley, uma garota de 11 anos que enfrenta uma série de mudanças em sua vida. [...] O enredo se desenrola dentro da cabeça da menina, onde cinco emoções – Alegria, Tristeza, Medo, Raiva e Nojo – são responsáveis por processar as informações e armazenar as memórias. O desenho foi dirigido pelo americano Pete Docter, que procurou ajuda de psicólogos e neurologistas na preparação do roteiro.

8



## AUTOCONHECIMENTO/EMOÇÃO

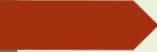
- ▀ Desenhar e pintar emoji ou imagem que represente os sentimentos alegria, tristeza, raiva, medo e outros. Essa atividade pode ser realizada em grupo.

9



## Reflexão

- Por que não podemos dizer que existem emoções melhores e piores?
- Com relação às suas emoções, quais são as mais fáceis e as mais difíceis de lidar?
- Você acha que tem dificuldade para identificar as suas emoções? Que estratégias você usa para identificá-las?
- O que a tristeza, a raiva, o nojo, a alegria e o medo podem nos acrescentar?

**10**

## sinopse / o monstro das cores

**O livro é uma referência à hora de ajudar as crianças a nomear suas emoções.** No livro o monstro acorda sentindo-se confuso. Então uma menina o ajuda a organizar suas emoções: a alegria, a tristeza, a raiva, o medo e a calma. Cada emoção é representada por uma cor.

**11**

## 2º Leitura do texto O monstro das cores

Disponível em <https://drive.google.com/file/d/15LVU5ZvHVDKO3XZsAyCyWcbwIc7nxkC/view>

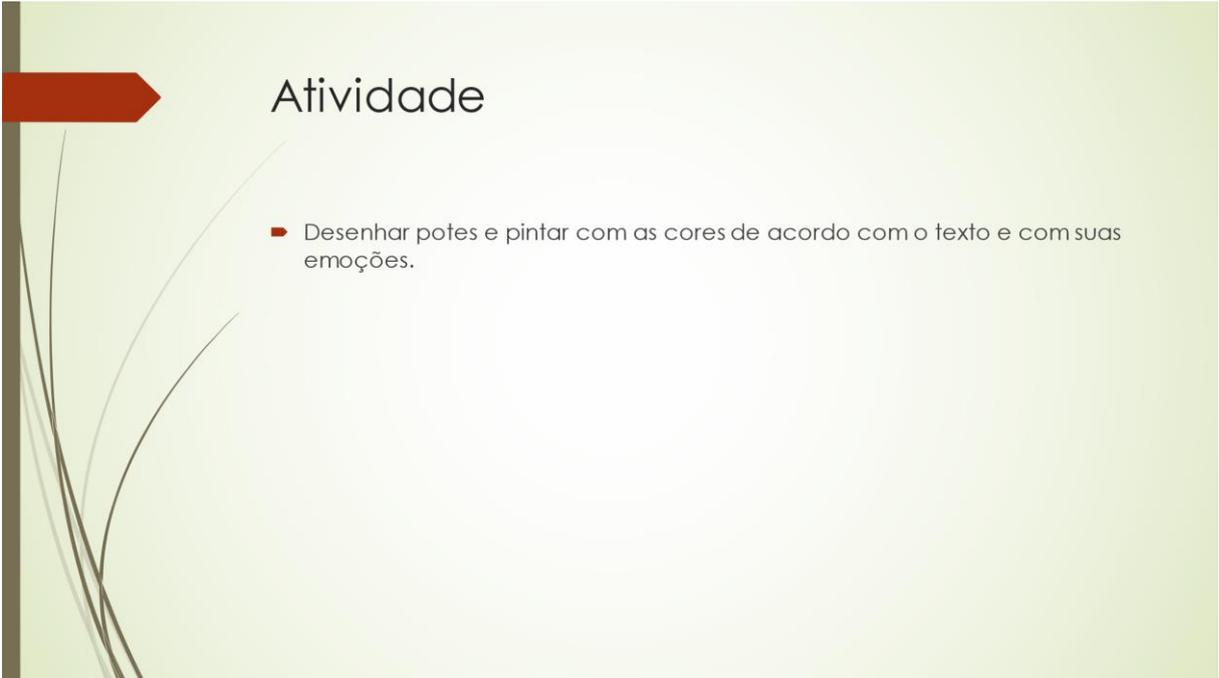
12

## SELF-KNOWLEDGE/EMOTION

- Draw and paint emoji or image that represents the feelings of joy, calm, sad, angry, happy, scared, and others. This activity can be done in a group. Write below each monster you're feeling.
- Tradução em português: Desenhar e pintar emoji ou imagem que represente os sentimentos alegria, tristeza, raiva, medo e outros.

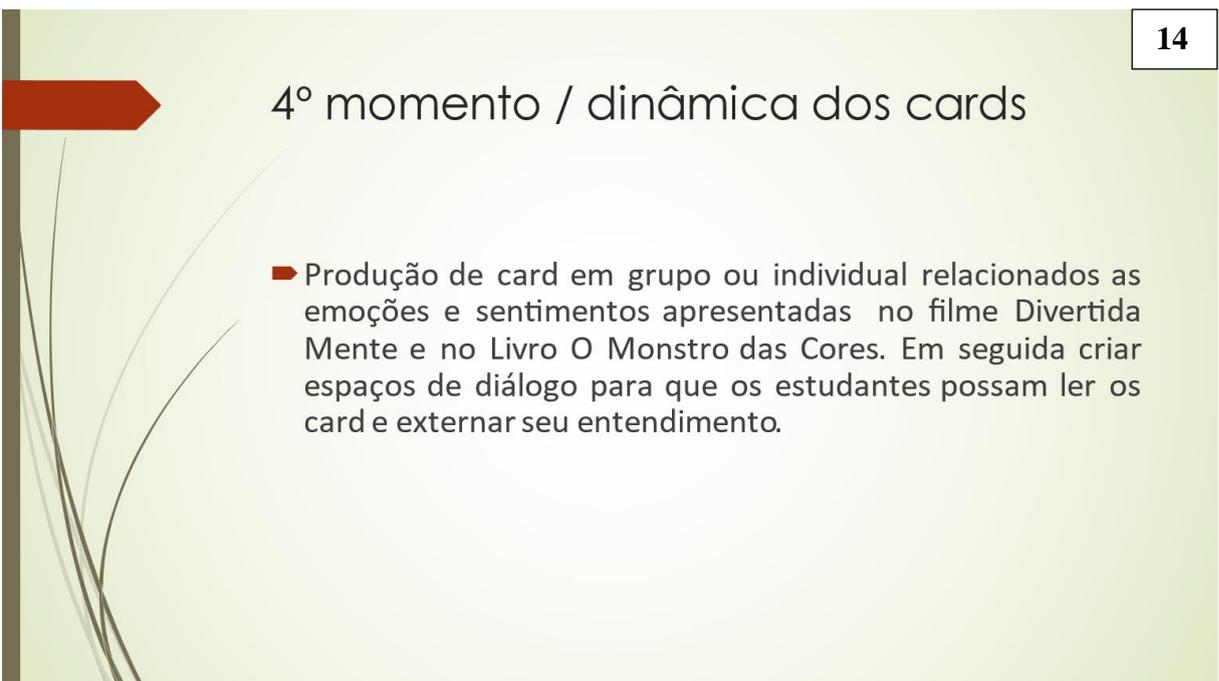


13



## Atividade

- Desenhar potes e pintar com as cores de acordo com o texto e com suas emoções.



## 4º momento / dinâmica dos cards

- Produção de card em grupo ou individual relacionados as emoções e sentimentos apresentadas no filme *Divertida Mente* e no Livro *O Monstro das Cores*. Em seguida criar espaços de diálogo para que os estudantes possam ler os card e externar seu entendimento.

14

15

## 5º Momento - Questionário

- Produzir um questionário sobre as emoções individual ou em grupo. Como sugestão levantar algumas questões do que foi trabalhando anteriormente, e outras sugestões: Alegria, amor, ódio, depressão, ansiedade. Os alunos poderão citar as palavras que comporão o questionário.

16

## Conclusão

- Este questionário poderá ser usado como ferramenta para identificar estudantes com tendência à automutilação, à ideação suicida

Fonte: Ações Escolares dos professores para este trabalho (2022)

### 3.2 – Grupo 2 composto pelos Cursistas P11, P17 e P27

- Linguagem e suas tecnologias
  - Objetivo Geral: Trabalhar a autoestima e o autorreconhecimento.
  - Objetivo Específico: Identificar variados tipos de sentimentos

expressados pelos alunos.

- Metodologia

Trabalhar letra de música e desenvolver dinâmica para que os alunos possam identificar seus sentimentos. Para o desenvolvimento das atividades com sentença para completar é importante um preparo do ambiente para que o estudante se sinta acolhido, a exemplo de uma música instrumental (se possível, com imagem de cachoeiras e barulho d'água ou outros que transmitam paz e tranquilidade).

#### Atividades propostas

##### A. Complete as seguintes sentenças sobre você e seus sentimentos.

- O que mais gosto que as pessoas admirem em mim \_\_\_\_\_.
- Eu gostaria que meus amigos \_\_\_\_\_.
- Eu gosto de mim, porque \_\_\_\_\_.
- Eu me sinto melhor, quando as pessoas \_\_\_\_\_.
- Eu gostaria que meus pais \_\_\_\_\_.
- Eu que gostaria que a escola \_\_\_\_\_.
- Penso \_\_\_\_\_ que \_\_\_\_\_ os \_\_\_\_\_ professores  
poderiam \_\_\_\_\_.
- Eu \_\_\_\_\_ gostaria \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ ser  
\_\_\_\_\_.
- O mundo seria melhor se as pessoas \_\_\_\_\_.
- O que mais me preocupa atualmente é \_\_\_\_\_.
- Eu realmente perco a calma, quando \_\_\_\_\_.
- A melhor coisa do meu corpo é \_\_\_\_\_.
- Eu posso \_\_\_\_\_.
- Eu não posso \_\_\_\_\_.
- Não me deixam \_\_\_\_\_.
- Meu \_\_\_\_\_ favorito  
é \_\_\_\_\_.
- Eu \_\_\_\_\_ Gosto \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ fazer \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ conta  
que \_\_\_\_\_.
- Quando \_\_\_\_\_ fico \_\_\_\_\_ nervoso \_\_\_\_\_ ou \_\_\_\_\_ nervosa,  
eu \_\_\_\_\_.
- Tenho \_\_\_\_\_ medo \_\_\_\_\_ de  
\_\_\_\_\_.
- Para \_\_\_\_\_ afastar \_\_\_\_\_ o \_\_\_\_\_ medo,  
eu \_\_\_\_\_.
- Eu gostaria de ter \_\_\_\_\_.
- Eu orgulho de mim, quando \_\_\_\_\_.
- Acho muito engraçado \_\_\_\_\_.
- Gostaria de falar mais sobre \_\_\_\_\_.

##### B. Dinâmica: “Desatando os nós da minha vida.”

Pegue um pedaço de barbante e pense em situações ocorridas em sua vida que deixaram você TRISTE ou FELIZ. Para cada situação pensada, dê um nó no barbante e pinte cada um de uma cor. Depois de pintar os nós, faça o registro de cada pensamento, conforme a cor que escolheu para cada situação ocorrida.

*B. Reflita sobre as seguintes questões e formule um texto com as suas respostas*

Qual é a sua melhor qualidade?  
 O que gostaria de mudar em você?  
 O que mais você valoriza em sua vida?  
 Você tem uma religião? Qual? Comente  
 Como me vejo no futuro

*C. Em grupo, leia a letra da música “Paciência” (1999), de autoria do cantor e compositor Lenine e Dudu Falcão, faça uma discussão sobre a letra da música e em seguida produza uma reescrita da letra.*

#### Paciência

Lenine e Dudu Falcão

Mesmo quando tudo pede um pouco mais de calma  
 Até quando o corpo pede um pouco mais de alma  
 A vida não para  
 Enquanto o tempo acelera e pede pressa  
 Eu me recuso, faço hora, vou na valsa  
 A vida é tão rara  
 Enquanto todo mundo espera a cura do mal  
 E a loucura finge que isso tudo é normal  
 Eu finjo ter paciência  
 O mundo vai girando cada vez mais veloz  
 A gente espera do mundo e o mundo espera de nós  
 Um pouco mais de paciência  
 Será que é tempo que lhe falta pra perceber  
 Será que temos esse tempo pra perder  
 E quem quer saber  
 A vida é tão rara, tão rara  
 Mesmo quando tudo pede um pouco mais de calma  
 Mesmo quando o corpo pede um pouco mais de alma  
 Eu sei, a vida não para  
 A vida não para não  
 Será que é tempo que lhe falta pra perceber  
 Será que temos esse tempo pra perder  
 E quem quer saber

A vida é tão rara, tão rara  
 Mesmo quando tudo pede um pouco mais de calma  
 Até quando o corpo pede um pouco mais de alma  
 Eu sei, a vida não para  
 A vida não para não  
 A vida não para  
 A vida é tão rara

*E. Produza um texto, ou faça um desenho com base nas seguintes frases: Quem sou eu?  
 Como eu me vejo?*

### 3.3 – Grupo 3 composto pelos cursistas P10 e P21

Matemática e suas tecnologias e outras áreas de conhecimentos.  
 Público-alvo: 9º ano  
 Leitura do Texto Jornalístico

#### **Goiás registra mais de 28,2 mil ocorrências de violência doméstica em 2021**

Ano após ano, casos de violência contra a mulher e feminicídio causam grande comoção popular, especialmente por seus agravantes. O debate sobre o assunto, inclusive, aumentou de forma significativa nos últimos anos, mas isso não significa uma redução nas estatísticas. Goiás, por exemplo, só entre janeiro e setembro de 2021, registrou 28.232 ocorrências de violência contra a mulher, sendo 195 referente a estupros, mais de 12 mil sobre ameaças, 7,9 mil por ameaças, 7,8 mil quanto a calúnias e 35 referentes a feminicídio. Todos os dados em questão foram fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (SSP-GO). Em comparação com os outros anos, os dados referentes a 2021 são relativamente menores, uma vez que em 2018, 2019 e 2020 foram registradas, respectivamente, 14.748, 37.171 e 35.175 ocorrências de violência doméstica contra a mulher. Desses números, 36, 40 e 43 foram referentes a feminicídio em cada um dos três anos. Para especialistas, no entanto, a sutil redução nas ocorrências por violência doméstica não significa necessariamente uma diminuição na ocorrência dos crimes.

Existem, na verdade, para a titular da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher em Goiânia (DEAM), Josy Guimarães, muitos motivos que acabam fazendo com que a mulher evite denunciar – seja para a polícia, seja para pessoas próximas – o fato de estar sendo vítima de violência doméstica. Entre eles, o próprio tabu e a vergonha sobre o tema. “A cultura do machismo ainda é muito forte na nossa sociedade. Muitas vezes a mulher tem medo de que ninguém irá acreditar nela e em diversas outras ocasiões as meninas ou as mulheres estão sendo violentadas e nem tem consciência disso, porque não se foi ensinado culturalmente que aquilo é errado”, pontua.

O próprio sentimento de culpa entra na história, já que muitas vezes é vista a atitude de se buscar justificativas ao ato da agressão no comportamento da vítima. No caso, da mulher. A ex-deputada federal e ex-vereadora de Goiânia, Marina Sant’Anna (PT), por exemplo, cita roupas, já que esse é um adereço quase sempre utilizado como pretexto que justifica a violência praticada pelo homem. “Também é super comum que as mulheres acabem sendo vistas como culpadas da situação. O machismo brasileiro ainda coloca que essas mulheres ou

adolescentes tenham responsabilidade por terem sido vítimas de um crime”, opina. Não se pode negar, no entanto, a existência de avanços nas discussões, debates e até na legislação acerca do assunto. Esse ano, por exemplo, no dia 7 de agosto, a Lei Maria da Penha (de nº nº 11.340/2006) completou 15 anos regulamentando responsabilizações para a violência doméstica. Além da Maria da penha, existem outros mecanismos legislativos que, na última década, foram criados para a proteção da mulher. Entre elas, a Lei Carolina Dieckmann (de nº 12.737/2012, que tornou crime a invasão de aparelhos eletrônicos para obtenção de dados particulares), a Lei do Minuto Seguinte (de nº 2.845/2013, que oferece amparo e atendimento imediato a vítimas de violência sexual) e a Lei Joana Maranhão (de nº 2.650/2015, que mudou prazos de prescrição de crimes de abusos sexuais de crianças e adolescentes).

Um pouco mais recente, também de 2015, há a Lei do Feminicídio (de nº 13.104), que prevê o crime como uma circunstância qualificadora do crime de homicídio, que é quando o crime é praticado contra a mulher pela condição de seu sexo. A matéria é, inclusive, oriunda do projeto de lei elaborado em 2013 pela ex-deputada federal petista Marina Sant’Anna, durante o exercício de seu mandato. Ao Jornal Opção, ao relatar sobre a criação da matéria, ela explicou que o processo de criação contou com a colaboração de diversos movimentos de mulheres de todo o Brasil, para entender os cenários existentes e fortalecer a ideia sobre a diferenciação de um crime realizado contra uma mulher e um crime realizado contra ela, por ela ser mulher. Foram, inclusive, de acordo com Sant’Anna, visitadas delegacias especializadas, com a intenção de entender o que havia disponível no momento para o apoio às vítimas de violência doméstica, em prol de uma ampliação do sistema. “Tem uma diferença muito grande essa identificação de gênero para todo tipo de política pública que é desenvolvida. A diferença disso é que você pode identificar, compreender, estudar e atacar as vulnerabilidades que aparecem nesse estudo que não é só estatístico. São fatores que agregam muito saber para ser possível combater esse tipo de crime”, complementa Marina.

Após a denúncia, qual o procedimento?

Ainda que, por vezes, o medo da denúncia prevaleça, a titular da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher em Goiânia (DEAM), Josy Guimarães, explica que, ao denunciar o crime de violência contra a mulher, o atendimento passa a ser realizado por uma equipe multidisciplinar, que além do delegado ou delegada responsável, conta com uma psicóloga disponível, caso a vítima deseje. “Se a vítima quiser, nós já fazemos o requerimento para o Judiciário analisar, já que o poder tem sido bem célere no andamento dos processos, com prazos bem inferiores aos preconizados pela lei”, pontua.

Quando a mulher recebe uma medida protetiva, por exemplo, ela passa a receber visitas da chamada “patrulha Maria da Penha”, que tem como objetivo conferir o cumprimento da decisão proferida. “Se mesmo com a medida protetiva o autor continua ameaçando, ela precisa fazer o registro que aí essa medida protetiva pode adquirir medidas mais graves”, diz.

Isso, porque de acordo com a delegada, apesar de normalmente serem deferidas as restrições de contato, caso haja descumprimento, o Judiciário pode determinar agravante e até mesmo solicitar o uso da tornozeleira eletrônica. Caso seja pego em flagrante, também pode ser preso. Só em dezembro desse ano, segundo Josy, foram cumpridos quatro mandados de prisão por descumprimento de medida protetiva.

No entanto, ainda que a delegada acredite que atualmente os processos dessa temática tenham tido andamento de forma ágil e mais rápida que o previsto por parte do Judiciário, os dados mais recentes disponibilizados Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) ao Monitoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência Doméstica

Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mostram que o atendimento à demanda do órgão em 2020 permaneceu no “vermelho”, com apenas 39% da demanda atendida.

O congestionamento de processos de violência doméstica e feminicídio também se mostra significativo, na margem de 76%. De acordo com a plataforma, das mais de 12,7 mil sentenças que foram proferidas quanto a violência doméstica, apenas 55 foram executadas. Quanto ao feminicídio, esse número é ainda menor, com 111 sentenças proferidas e nenhuma executada.

A quantidade de medidas protetivas concedidas, no entanto, pode ser considerada um avanço, com o número de 461 por 100 mil mulheres. Essa agilidade na garantia da aplicação de medidas protetivas é solicitada pela Lei Maria da Penha

De acordo com o documento, nos expedientes com pedidos de medidas protetivas de urgência, deve ser observado o procedimento previsto nos artigos 18 a 21 da Lei Federal nº 11.340/2006, sem necessidade de acréscimo de atos processuais que não encontram previsão em lei. Outra orientação é para que sejam evitadas imposições de carga financeira, burocrática ou pessoal indevida às mulheres vítimas de violência no julgamento das medidas de proteção.

Como identificar e agir em casos de violência?

Caso se tenha conhecimento de qualquer tipo de violência contra a mulher, em qualquer ambiente, a primeira recomendação dada pela titular da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher em Goiânia (DEAM), Josy Guimarães, e pela ex-deputada federal, Marina Sant’Anna (PT), é a denúncia. “Uma coisa que sempre comentamos é que ‘em briga de marido e mulher, não se mete a colher, se chama a polícia’”, afirma Marina. Josy relembra que a denúncia pode, inclusive, ser anônima.

“Mesmo que a vítima não queira fazer registro, através da denúncia nós podemos pelo menos orientar essa mulher sobre possíveis procedimentos, seus direitos”, completa a delegada. Ela explica, inclusive, que existem sinais para que se fique de olho, que podem significar a ocorrência de atos de agressão, que vão desde a violência psicológica a violência física. Entre esses sinais, estão a restrição imposta pelo companheiro da vítima se encontrar com amigos e familiares, ciúme excessivo e possessividade e os claros sinais de violência física como olho roxo ou outros machucados”, esclarece a delegada.

Ela ainda acrescenta que, atualmente, não é necessário a existência de testemunhas para que o registro seja realizado e o processo seja aberto na Justiça. “Só a palavra dela basta”, pontua. Já Marina ressalta a importância do investimento e da qualificação dos profissionais, em prol da construção de uma rede especializada de amparo às mulheres em situação de vulnerabilidade. Segundo ela, essa é uma eficaz ferramenta de incentivo à denúncia.

“Para melhorar as condições de proteção das mulheres, precisam existir casas abrigo, precisam haver condições de apoio a essa mulher que é vítima de violência. Essa mulher não pode voltar para casa dela nessas condições se o homem estiver lá para fazer ela continuar sofrendo, então precisa dos municípios, dos estados e da União, que devem fortalecer essa rede de apoio”, diz a ex-deputada federal.

No entanto, mesmo que a estrutura preparada ao atendimento às mulheres vítimas de violência estejam gradualmente avançando, Josy ressalta a necessidade da realização de um trabalho de base “para mudar a cultura”, através de um intenso trabalho de conscientização. “A população está interessada em saber e em ser instruída, mas esse é um trabalho feito a longo prazo”, acrescentou. “O que resolve mesmo é uma educação libertadora. Que liberta a sociedade dessas correntes do sexismo, da violência patriarcal e isso precisa ser feito desde a infância. Essa violência vai desde a violência física, sexual, moral, até a pouca participação das mulheres na política, a frente de grandes empresas... O homem branco sempre vai estar

em vantagem em relação às mulheres brancas, homens negros e mulheres negras”, conclui a ex-deputada federal Marina Sant’Anna.

Proposta:

a. *Após a leitura do texto jornalístico sobre a violência doméstica, em roda de conversa, aborde as causas e consequências e dê sua opinião.*

b. *Elabore um questionário, individual ou em grupo sobre os possíveis tipos de violências na nossa sociedade, abordando as causas e efeitos, bem como os dados estatísticos. Faça a análise com escrita e gráfico. Em seguida faça a socialização.*

### **3.4 – Grupo 4 composto pelos cursistas P24 e P25**

Socializando práticas pedagógicas e outras metodologias.

Projeção de filme “Em busca de um lar”,

Proposta de atividade 1 – (sala de aula)

Promover uma roda de conversa envolvendo contexto de vida do aluno, interno e externo a escola. Promover um debate sobre a história de afetos e indícios de alerta que chama atenção no filme, em específico, sobre o fato de o adolescente escolher ficar no abrigo.

Proposta 2 – (gestão escolar)

Sugeri que a unidade escolar proponha palestras com temática de vida que aborde o contexto em estudo, pois nas palestras os alunos acabam socializando. A mensagem e a música da palestra são importantes para a sensibilização. A escola deve organizar cartazes sobre a importância da valorização da vida.

### **3.5 – Grupo 5 composto pelos cursistas P8 e P15**

## LINGUAGENS MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS

- *Linguagens, Matemática e suas Tecnologias*
- Objetivo geral: Trabalhar a autoaceitação, utilizando a visualização de imagens que podem ser vinculadas por meio de folhas A4 ou em cartaz.
- Objetivo específico: Promover a reflexão sobre a imagem pessoal e acerca de como podemos evidenciar os pontos positivos que nos favoreçam.
- Metodologia: Com algumas imagens selecionadas, propor a visualização, identificação e escolha das figuras que o educando acredita representá-lo no momento.

**Figura 2** – Sequência de imagens da internet, escolhidas pelos professores, nas Ações Escolares – 5





Fonte: Ações Escolares dos professores para este trabalho (2022)

1. Observe as figuras apresentadas e escolha uma que represente o seu sentimento neste momento.
  - a. Por que você escolheu essa imagem?
  - b. O que ela representa para você?
  - b. Como está sua autoestima no momento? Explique os motivos que levam sua autoestima estar como você mencionou.
  - c. Como está a autoestima da sua família, atribua de 0 a 10, sendo, 0 muito baixa e 10 muito alta.
  - d. O que poderia ser feito para mudar sua família da situação atual?
  - e. Você tem pensamentos negativos sobre si? Se afirmativo, diga quais.
- f. Vamos ouvir o podcast intitulado “Como aceitar o seu corpo”, da terapeuta Daniela Souza (SOUZA, 2020), para depois responder as perguntas que se seguem. Disponível em
- g. Você identifica facilmente suas cinco maiores qualidades?
- h. Você sente-se à vontade para expressar suas opiniões?
- i. Você sabe reconhecer comportamentos abusivos?
- j. Você acha que outras pessoas são sempre melhores que você?
- k. Você pede desculpas mesmo quando a culpa não é sua?
- l. Você evita pessoas ou lugares por receio de sentir-se inadequado?

- m. Quando conhece alguém, é importante que esta pessoa goste de você?  
 n. Você é sua prioridade?  
 o. Você deixa de fazer o que tem vontade para agradar outras pessoas?  
 p. Você sabe ouvir críticas?  
 q. Você acredita que as pessoas ao seu redor estão rindo ou falando de você?
2. *Vamos ouvir a música “Dona de mim”, interpretada pela cantora Iza (IZA,2018) para depois realizar as atividades.*

### DONA DE MIM

Já me perdi tentando me encontrar  
 Já fui embora querendo nem voltar  
 Penso duas vezes antes de falar  
 Porque a vida é louca, mano, a vida é louca

Sempre fiquei quieta, agora vou falar  
 Se você tem boca, aprende a usar  
 Sei do meu valor e a cotação é dólar  
 Porque a vida é louca, mano, a vida é louca

Me perdi pelo caminho,  
 Mas não paro, não  
 Já chorei mares e rios  
 Mas não afogo, não

Sempre dou o meu jeitinho  
 É bruto, mas é com carinho  
 Porque Deus me fez assim  
 Dona de mim

Deixo a minha fé guiar  
 Sei que um dia chego lá  
 Porque Deus me fez assim  
 Dona de mim

Já não me importa a sua opinião  
 O seu conceito não altera a minha visão  
 Foi tanto sim que agora digo não  
 Porque a vida é louca, mano, a vida é louca

Quero saber sobre o que me faz bem  
 Papo furado não me entretém  
 Não dê limite que eu quero ir além  
 Porque a vida é louca, mano, a vida é louca

Me perdi pelo caminho  
 Mas não paro, não  
 Já chorei mares e rios  
 Mas não afogo, não

Sempre dou o meu jeitinho

É bruto, mas é com carinho que  
Deus me fez assim  
Dona de mim

Deixo a minha fé guiar  
Sei que um dia chego lá  
Porque Deus me fez assim  
Dona de mim.

3. *Agora vamos cantar, refletir sobre a música e responder algumas questões.*

- a. Você acredita que merece ser feliz?
- b. A vida é mais difícil para você do que para as outras pessoas?
- c. Você evita fazer mudança na sua vida por medo de falhar ou cometer erro?
- d. Você evita dar sua opinião por medo de falar besteira?
- f. Você já mudou de opinião para agradar outras pessoas?

5. *Vamos socializar as respostas anteriores.*

### 3.6 – Grupo 6 composto pelas cursistas P5 e P19

- *Linguagens, códigos e suas Tecnologias*

Objetivos

- Entender de onde vêm os sentimentos.
- Conhecer, reconhecer, compreender e descrever as próprias emoções e as dos outros.

- Metodologia

Desenvolver atividades com os alunos utilizando a música: “O preço de uma vida” (Pe. Fábio de Melo), acompanhada da letra impressa em mãos.

1ª aula

- a. *Apresentar o poema / música: “O preço de uma vida” (Pe. Fábio de Melo), após cantar a música, promover uma roda de conversa sobre:*
  - O sentimento que tiveram ao ouvir a música.
  - Qual parte da música de que mais gostaram ou com a qual se identificaram.
  - Como se sentem hoje.

## 2ª aula

- a. Retomar à aula anterior com o seguinte questionamento: Qual o preço de uma vida?

Se necessário ouvir a música mais uma vez: “O preço de uma vida” (Pe. Fábio de Melo)

- b. Em roda, estimular os estudantes a falarem sobre seus valores, sobre suas expectativas sobre o futuro, de como eles percebem os adultos e de como acham que os adultos os tratam. O que tem de bom ou de ruim no meio em que vivem.

Como nem todos têm facilidade para falar de si, propor uma dinâmica com a lata dos sentimentos, (dentro da lata haverá várias imagens, expressando emoções e sentimento positivo e negativo).

- c. A lata passa de mão em mão ao som da música, “O preço de uma vida” (Pe. Fábio de Melo). Quando a música parar em um determinado trecho, aquele que estiver com a lata, tira uma imagem e diz o que o deixa com aquele sentimento sugerido pela imagem que ele tirou, como, por exemplo, se tirar a imagem da raiva, ele deve dizer o que o deixa com raiva. E assim até todos participarem.

## 3ª aula

Propor aos alunos que escrevam um texto, ou façam um desenho, um símbolo ou uma frase que ajude a identificar uma crise ou um momento difícil que, por acaso, estejam vivenciando. Em roda de conversa, socializar a atividade. E assim criar uma oportunidade de ajudar alguns deles. Se necessário solicitar a escola que faça encaminhamentos à especialistas.

### 3.7 – Grupo 7 composto pelas Cursistas P4, P9 e P16

- Ciências da Natureza

Sequência didática

Duração: 5 aulas

- Objetivo: Trabalhar o autoconhecimento.

#### Metodologia

Trabalhar com os alunos a dinâmica do espelho. Analisar, em roda de conversa, a música “Quanto vale a vida”. Do Engenheiro do Hawaí, analisando-a em roda de conversa. Projetar o filme “Divertidamente” (2015) e produzir um texto e autorretrato.

#### 2ª aula

Apresentar a música:

**Quanto vale a vida.**

(Engenheiro do Havai).

Quanto vale a vida de qualquer um de nós?  
 Quanto vale a vida em qualquer situação?  
 Quanto valia a vida perdida sem razão?  
 Num beco sem saída, quando vale a vida?  
 São segredos que a gente não conta  
 São contas que a gente não faz

Quem souber quanto vale, fale em alto e bom som  
 Quantas vidas vale o tesouro nacional?  
 Quantas vidas cabem na foto do jornal?  
 As sete da manhã, quanto vale a vida?  
 Depois da meia-noite, antes de abrir o sinal?  
 São segredos que a gente não conta  
 (Faz de conta que não quer nem saber)

Quem souber, fale agora ou cale-se para sempre  
 Quanto vale a vida acima de qualquer suspeita?  
 Quanto vale a vida debaixo dos viadutos?  
 Quanto vale a vida perto do fim do mês?  
 Quanto vale a vida longe de quem nos faz viver?  
 São segredos que a gente não conta  
 São contas que a gente não faz  
 Coisas que o dinheiro não compra  
 Perguntas que a gente não faz:  
 Quanto vale a vida?  
 Nas garras da águia  
 Nas asas da pomba  
 Em poucas palavras  
 No silêncio total  
 No olho do furacão  
 Na ilha da fantasia  
 Quanto vale a vida?  
 Quanto vale a vida na última cena  
 Quando todo mundo pode ser herói?  
 Quanto vale a vida quando vale a pena?  
 Quanto vale quando dói?  
 São coisas que o dinheiro não compra  
 Perguntas que a gente não faz:  
 Quanto vale a vida?

Após ouvir a música, promover uma roda de conversa, refletindo sobre a letra.

3ª e 4ª aula

Assistir ao filme: “Divertidamente” (2015)

*Ano de produção: 2015 Divertida Mente*

**Diretor:** Pete Docter, Ronaldo Del Carmen

**Elenco:** Diane Lane, Amy Poehler, Mindy Kaling

**País de origem:** EUA

**Ano de produção:** 2015

Após a projeção do filme, solicitar a produção de um texto, mencionando quais dos sentimentos retratados no filme e qual o momento que mais predomina em sua vida.

5ª aula

Cada estudante deverá fazer um autorretrato.

### **3.8 – Grupo 8 composto pelas cursistas P2 e P22**

#### Proposta de atividade

Em roda de conversa, o professor deve procurar, de maneira hábil, consciente e integral, dialogar com os educandos, buscando da melhor maneira possível sanar suas dificuldades, conversar sobre seus anseios, dúvidas e perspectivas em relação à vida. Poderá levá-los a serem cidadãos críticos, completos e seguros de si em suas ações e atitudes. Desse modo, o docente estará agindo a favor da vida e da superação do pensamento de autodestruição e automutilação.

As redes sociais são um ponto de partida para provocação de distúrbios dos jovens, pois, como fonte de informação de massa, manipula a sociedade, levando-a a assumir a postura de um ser muito importante e que pode nesse campo “aberto” dizer o que quiser, mas sem considerar o outro. Como poderemos construir possibilidades dentro da sala de aula, a fim de levar à identificação de ideações suicidas dos estudantes?

Uma das possibilidades seriam essas rodas de conversas e debates que tenham como apoios psicólogos, a fim de desenvolver nos estudantes o senso crítico de si mesmos e da temática.

Outra possibilidade é a leitura do poema de Charles Baudelaire, “As Flores do Mal”, que traz a angústia e a aflição do ser humano e que representa a inquietude das massas desta era moderna. A proposta final é a produção de poesias pelos alunos sobre o tema: A destruição.

Acerca da função social da escola, a não satisfação das necessidades afetivas, cognitivas e motoras dos estudantes prejudica o processo de ensino e aprendizagem, pois agem de maneira individual e também apresentam dificuldades de se reconhecerem, o que afeta as relações interpessoais.

Com o tema “destruição, os alunos poderão criar textos poéticos, favorecendo a construção de sua autoimagem e assim pode ter a possibilidade de se reconstruir como ser humano integral com uma nova imagem, com a qual respeite seu corpo e as noções de corporeidade, fundamentais no processo de formação da identidade.

A seguir o que o grupo abaixo propõe estratégias para lidar com adolescentes em situação de sofrimento:

### **3.9 – Grupo 9 composto pelos Cursistas P3 e P18**

Conversar com os alunos, a fim de conhecer sua situação, para ajudá-lo no encaminhamento.

Entrar em contato com a família, para informá-la sobre a intenção do (a) adolescente.

Encaminhar o estudante ao CAPS, para receber ajuda de um profissional na área psicológica (tanto o adolescente, quanto a família).

Realizar palestras na Instituição Escolar.

Em uma roda de conversa com os alunos, dar oportunidade ao diálogo, para falarem sobre o que os afligem e causam angústias e ansiedade, contextualizar, seja com uma notícia ou algo que esteja acontecendo no momento.

Sugestão de atividade: Os alunos anotarão algum tipo de sofrimento e angústia, não colocando o nome, resguardando a identidade, todos colocariam em uma caixa em seguida cada aluno(a) tiraria uma escrita e faria a leitura e os próprios colegas dariam sugestões para o colega sair da angústia.

Sugestões de filmes, Série e livro para professores: “O Grito de Socorro”, “Treze Reasons Why”, “Se Enlouquecer não se Apaixone”.

Série: “Objetos Cortantes”

Livro indicado para os alunos: “Tosco”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o tempo do cuidado é o que melhor persegue e respeita o tempo lógico de cada criança, ao tentar respeitar sua lógica intrínseca o tempo institucional da educação coloca-se como impessoal e indiferente a esse processo. O tempo do governo que em certa medida é a síntese disjuntiva dos dois anteriores será formado pela relação entre um e outro. Por isso a cada impasse no tempo da educação é preciso reconstruir o tempo do cuidado, por meio de um giro na escuta. Por isso o cuidado não é um discurso em si, mas um ensaio a uma condição para todo o discurso possível. Por isso também diante dos paradoxos do governar e do educar devemos recuar nossa escuta para o tempo do cuidado ( DUNKER, 2020, p.61).

Diante do quadro de sofrimento e angústia que os adolescentes da sociedade contemporânea se encontram e dos recorrentes casos de adolescentes automutiladores na escola campo, desenvolvi um curso de formação de professores, ancorando o estudo no assunto adolescência, psicanálise e educação, automutilação, ideação suicida e suicídio, e em documentos legais que tratam dos temas. O curso foi destinado aos docentes de uma escola da rede pública de ensino no município de Aparecida de Goiânia – GO.

O referido curso foi uma estratégia positiva adotada na pesquisa a fim que os professores compreendessem a adolescência, propiciando mudança de ideia e opinião sobre essa fase da vida, pois os docentes acreditavam que a rebeldia dos jovens era para agredir o professor. Ao contrário disso, o modo de agir, muitas vezes, provém da necessidade de chamar a atenção para algo que não esteja indo bem ou por quererem ser adultos e reconhecidos como tal. Os professores não tinham essa visão do adolescente. Com o curso, perceberam que não se trata de “maldade” do adolescente, quando ele “agride o professor”. Ele quer dizer algo com isso e ser ouvido.

Verifiquei que alguns professores pesquisados não sabiam como agir em casos de alunos que se automutilam e têm ideação suicida. O estudo colaborou também com compreensão da multiplicidade de sentidos para a prática de automutilação, ideação suicida e passagem ao ato.

Um ponto que considero relevante e bastante debatido nos encontros de formação é que as leis não são implementadas, ficam nos papéis, em específico no que se refere à Lei nº 13.819 de prevenção à automutilação e à ideação suicida, instituída em 2019. Até o momento ainda não foi executada na escola campo e em outras redes em que os participantes atuam.

Um ponto abordado como determinante pelos professores foi a prevenção por meio de promoção de diálogo e escuta, bem como a importância do olhar atento aos estudantes, principalmente àqueles com mudança de comportamento, humor, calados, ou extremamente

participativos, como foi o caso de uma aluna da escola campo que era bem participativa nas aulas e cometeu o ato.

As atividades produzidas pelos professores durante o curso mostraram a importância da aplicação dessas ações nas escolas.

Apresentei nome de autores que aprofundaram seus estudos sobre a adolescência, psicanálise, educação, automutilação, ideação suicídio e suicídio.

Concretizei dois produtos educacionais da pesquisa conforme constam neste *e-book*. A primeira parte foi a realização do curso de extensão para os docentes, aberto a toda comunidade escolar trazendo conhecimentos sobre a adolescência e docência numa abordagem psicanalítica, políticas públicas que discutem educação e adolescente. A segunda parte consta as ações escolares psicanaliticamente orientadas para identificar estudantes com tendência à automutilação e à ideação suicida, produzidas no curso de formação, pelos docentes.

Concluir este trabalho trouxe o sentimento de realização. Trilhei os caminhos com muita dedicação e comprometimento. Acredito que este produto Educacional contribua com os docentes que atuam na educação de modo geral, mas, em específico, os na Educação Básica e que lidam diretamente com adolescentes, principalmente aqueles que vivem em situação de angústia e sofrimento.

Considero que a escola tem um importante papel na prevenção da vida de seus estudantes. A escola é um espaço vivo de multiplicidade de ideias, de contradições, conflitos e deve ser um lócus de resistência a toda forma de violência, de subjetivação e, para além disso deve resistir aos desmontes que lhes são impostos. É preciso que essa instituição siga criando rumos e possibilidades, propondo projetos que permitam diálogos com as disciplinas, com o mundo, contextualizando e trazendo significados para o adolescente desinteressado e para o professor adoecido. A escola deve continuar preservando seu papel de promover a humanização do homem.

## REFERÊNCIAS

ADOROCINEMA. Sinopse: As Vantagens de Ser Invisível. **Adorocinema**: Crítica. [S.l.;s.n.], 2012. Disponível em: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-182120/>. Acesso em: 17 jun. 2022

ADOROCINEMA. Sinopse: Em busca de um lar. **Adorocinema**: Crítica. [S.l.;s.n.], 2014. Disponível em: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-193548/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

AGUIAR, Márcia A. Vinte anos da LDB: da Base Nacional Comum à Base Nacional Comum Curricular. In: BRZEZINSKI, Íria (org.). **LDB 19**: vinte anos depois –projetos educacionais em disputa. São Paulo: Cortez: 2018.

ALBERTI, S. **Esse sujeito adolescente**. 3. ed. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2009.

ALBERTI, S. **O adolescente e o outro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

ALVES, C. L.R. A. **Formação docente na contemporaneidade**: do sintoma à possibilidade. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2018. 205 f. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.48.2019.tde-02052019-162057> Acesso em: 17 jun. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. **Suicídio**: informando para prevenir. Brasília: ABP/CFM, 2014. Disponível em: Cartilha-ABP-Prevenção-Suicídio.pdf (hsaude.net.br). Acesso em: 17 jun. 2020.

BRASIL. **Setembro Amarelo**. Ministério lança agenda estratégica de prevenção do suicídio. Disponível em: Setembro Amarelo: um alerta para o ano todo — Ministério da Saúde (www.gov.br) .Acesso em 17 jun. 2022

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL. **Lei nº 13.005/2014** - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 17 jun. 2022

BRASIL. **Lei nº 13.819, de 2019**. Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Lei/L13819.htm#art11](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13819.htm#art11) acesso em: 24 de julho de 2019.

CAFÉ FILOSÓFICO. **Antes que seja tarde**: Dunker | Christian Dunker. Youtube: 5 de out. de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aVgVrFDXpg4>. Acesso em: 18 set. 2023.

CALLIGARIS, Contardo. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2009.

DUNKER, Christian. **Automutilação, adolescentes e psicanálise** | Christian Dunker | Falando nisso 80. Youtube: 4 de jan. de 2017. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=ngi\\_oZVXBWo](https://www.youtube.com/watch?v=ngi_oZVXBWo). Acesso em: 18 set. 2023.

DUNKER, Christian. **Paixão da ignorância: a escuta entre psicanálise e educação**. São Paulo, Contracorrente, 2020.

FREUD, Sigmund. O interesse científico da psicanálise (1914 [1913]). *In*. FREUD, Sigmund. **Totem e tabu e outros trabalhos** (1913-1914). Direção geral da tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1974. p. 199-226 (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 13).

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Disponível em: <extension://efaidnbmnribpcajpcgclefindmkaj/https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/13090.pdf> acesso em 19 de julho de 2023.

IZA. **Dona de mim**. [S.l.; s. n.]. Spotify: Música, 2018. Disponível em: [https://open.spotify.com/track/6yMbAjjCa3xK8SUnKWG72p?context=spotify%3Aplaylist%3A37i9dQZF1DWWsfldwltZ7x&si=2H2oh\\_6CSWiyZPBn6hd-cA](https://open.spotify.com/track/6yMbAjjCa3xK8SUnKWG72p?context=spotify%3Aplaylist%3A37i9dQZF1DWWsfldwltZ7x&si=2H2oh_6CSWiyZPBn6hd-cA). Acesso em: 7 nov. 2022.

LAVAL, Cristhian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

LENINE. **Paciência**. [Dudu Falcão / Lenine]. [S.l.; s. n.]: Letras de Música, 1999-A. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/lenine/47001/>. Acesso em: 3 set. 2022.

LLENAS, Anna. **Mostro das Cores**. Belo Horizonte: Aletria, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/15LVU5ZvHVDKO3XZs-AyCyWcbwIc7nxkC/view>. Acesso em: 17 jun. 2022

LOBATO, A. M. L.; ANDRADE, F. A. de. A pedagogia moderna na educação brasileira no final do século XIX. **Repositório UFC**, XIII Encontro Cearense de Historiadores da Educação – ECHE III, Encontro Nacional do Núcleo de História e Memória da Educação – ENHIME, III Simpósio Nacional de Estudos Culturais e Geoeducacionais – SINECGEO. GT 5 – História da educação e da pedagogia. Ceará: Universidade do Ceará – UFC, 2014. ISBN 978-85-8126-065-5. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/41077/1/2014\\_eve\\_amllobatofaandrade.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/41077/1/2014_eve_amllobatofaandrade.pdf) (História da Educação) Acesso em: 18 set. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec)**. Brasília: MEC, 2023. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE\\_CEB02\\_97.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB02_97.pdf). Resolução. Acesso em: 18 set. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Mortalidade por suicídio e notificações de lesões autoprovocadas no Brasil. **Boletim Epidemiológico**, Secretaria de Vigilância em Saúde, Volume 52, Nº 33, Set. 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim\\_epidemiologico\\_svs\\_33\\_final.pdf/view](https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_33_final.pdf/view). Acesso em: 17 jun. 2022.

OMS. **Prevenção do suicídio**: Manual para Professores e Educadores. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2000. Disponível em:  
[https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/66801/WHO\\_MNH\\_MBD\\_00.3\\_por.pdf?sequence=5](https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/66801/WHO_MNH_MBD_00.3_por.pdf?sequence=5). Acesso em: 18 set. 2023.

OMS. **Prevenção do suicídio**: um manual para profissionais da saúde em atenção primária. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2000. Disponível em:  
<https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencaobasica.pdf>. Acesso em: 18 set. 2023.

OMS. **Prevenção do suicídio**: um manual para profissionais da mídia. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2000. Disponível em:  
[https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/67604/WHO\\_MNH\\_MBD\\_00.2\\_por.pdf;jsessionid=F10A9EF6F736CC6C8FC0D5783A78C71B?sequence=7](https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/67604/WHO_MNH_MBD_00.2_por.pdf;jsessionid=F10A9EF6F736CC6C8FC0D5783A78C71B?sequence=7). Acesso em: 18 set. 2023.

OPAS. **Uma em cada 100 mortes ocorre por suicídio, revelam estatísticas da OMS**. Organização Pan-Americana da Saúde, [S.l: s.n.], 17 Jun 2021. Disponível em:  
<https://www.paho.org/pt/noticias/17-6-2021-uma-em-cada-100-mortes-ocorre-por-suicidio-revelam-estatisticas-da-oms>. Acesso em: 17 jun. 2022.

SOUZA, Daniela. **Como aceitar seu corpo**. Podcast. 2020. Disponível em  
<https://open.spotify.com/episode/08xyVE9bckCR2g1cbUiSJ7?si=KFdk7HqVS9aXRoS9YkOLBbA&nd=1&dlsi=4f7edf88e13e4365>

VOLTOLINI, R. **Educação e psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

VOLTOLINI, R. **Psicanálise e formação de professores**: antiformação docente. [S.l: s.n.]. São Paulo: Zagodoni, 2018.

WEDEKIND, Frank. **O despertar da primavera**. Editora Estampa. 1973.